

CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

PRESS BOOK

Revista_Imprensa_6_Setembro_2021

CISION

Revista de Imprensa

1. Acerto de contas, Correio da Manhã, 06/09/2021	1
2. Patrões pedem alívio da carga fiscal, Correio da Manhã, 06/09/2021	2
3. Apoio a emigrantes que queiram voltar, Correio da Manhã, 06/09/2021	4
4. Posto de fronteira, Correio da Manhã, 06/09/2021	5
5. Nota editorial, Correio da Manhã, 06/09/2021	6
6. ADSE. Grandes grupos privados querem "destruir regime convencionado", Inevitável, 06/09/2021	7
7. Linha Regressar está suspensa e será redesenhada para atrair interessados, Jornal de Notícias, 06/09/2021	9
8. Integração dos bancos atrasa app do IVAucher, Negócios, 06/09/2021	10
9. Posição do PCP no OE não depende das autárquicas, Negócios, 06/09/2021	11
10. Crescer, em economia, significa tão-só enriquecer, Negócios, 06/09/2021	13
11. Negociações para Orçamento já mexem, Negócios, 06/09/2021	15
12. Estado gastou 218 milhões em testes PCR feitos por laboratórios privados, Público, 06/09/2021	16
13. Costa foi da Guarda à Covilhã em 47 minutos de comboio. "Muito agradável. Não acharam?", Público, 06/09/2021	21
14. Apelo a Costa, Correio da Manhã, 06/09/2021	22
15. Voos de Minerva, Correio da Manhã, 06/09/2021	23
16. Super Bock avançou com aumentos de 1,5%, Inevitável, 06/09/2021	24
17. Sindicato dos CTT apela a que Estado volte ao controlo, Inevitável, 06/09/2021	25
18. Mais de 23 mil empregos sem qualquer candidato, Jornal de Notícias, 06/09/2021	26
19. Patrões querem alívio fiscal para empresas e famílias, Jornal de Notícias, 06/09/2021	29
20. Rui Amaral, Jornal de Notícias, 06/09/2021	30
21. S.T.O.P. marca início de ano letivo com protestos, Jornal de Notícias, 06/09/2021	31
22. Governo quer fechar dossiê do trabalho digno até fim de setembro, Negócios, 06/09/2021	32
23. Partido a partido, as exigências que cada um leva à negociação, Público, 06/09/2021	33



ACERTO DE CONTAS

EUGÉNIO ROSA
Economista

SAÚDE

Dificuldades do SNS e ataque à ADSE

A situação do SNS é difícil. A média de consultas presenciais mensais nos Centros de Saúde de jan./jul2019 (antes da pandemia) era de 1 756 584, e no período jan./jul2021 foi de 1 155 939 (menos 2 912 523 consultas por mês). E as consultas presenciais são vitais para detetar a tempo as doenças mais mortais. Nas cirurgias, a média mensal de jan./jul2019 era de 433 152, mas a de jan./jul2021 foi de 412 525 (menos 20 627 cirurgias por mês).

Entre jul. 2019 e jul. 2021, os trabalhadores no SNS aumentaram de 130 821 para 149 069, mas a "remuneração certa e permanente" por trabalhador diminuiu, entre 2020 e 2021, de 1589 euros para 1547 euros (entre jan./jul. de 2020 e 2021 de 1508 euros para 1496 euros). O SNS até jul2021 teve um saldo global negativo nas



contas de 142,6 milhões de euros, e a sua dívida a fornecedores aumentou, de dez. 2020 a jun. 2021, de 1516,1 milhões € para 2025,7 milhões de euros (+33,6%).

Um SNS que não consegue recuperar os atrasos causados pela pandemia, nem fa-

zer todas as cirurgias novas de 2021, que continua com o subfinanciamento crónico, que aumenta o número de trabalhadores, mas diminui o que paga a cada um deles, e que funciona à custa de um enorme endividamento a fornecedores.

Aproveitando as dificuldades do SNS, na ADSE, com a publicação das novas tabelas do Regime convencionado que introduz um controlo de preços, assiste-se a uma estratégia articulada dos grandes grupos de saúde privados para destruir este regime. A CUF e LUZ criaram uma "Tabela de Preços Especial", e a CUF reduziu drasticamente os honorários dos médicos nas convenções da ADSE para os obrigar a sair. E com outros prestadores procuram "empurrar" os 1,3 milhões de beneficiários da ADSE para um regime livre onde não há controlo de preços. ●

NÚMEROS E FACTOS

EMPREGO

+ No SNS, entre jul. 2019 e jul. 2021, os trabalhadores aumentaram em 18 248 (os médicos de 28 722 para 30 873, e os enfermeiros de 43 462 para 49 490). Na ADSE é publicada uma tabela que introduz o controlo de preços.

REMUNERAÇÃO

- No SNS a diminuição da remuneração, mais trabalho precário e um enorme endividamento; na ADSE a tentativa dos grandes grupos de saúde para destruir o Regime convencionado com uma "Tabela de Preços Especial".

ORÇAMENTO DO ESTADO 2022



O País precisa de um Orçamento do Estado voltado para a recuperação da economia e do emprego, alertam as confederações patronais

Patrões defendem alívio da carga fiscal

GOVERNO • Conselho Nacional das Confederações Patronais pede menos sobrecarga para empresas e famílias **GOVERNO** • Patrões querem orçamento “virado para a retoma da economia”

ANDRESA PEREIRA*

O Conselho Nacional das Confederações Patronais (CNCNP) defende que o Orçamento do Estado de 2022 deve prever o alívio da carga fiscal para empresas e famílias, sublinhando que o documento pode ser “uma oportunidade para uma retoma vigorosa” da economia do País.

Para o Conselho que representa cinco confederações patronais, uma “preocupação central” do próximo orçamento deve ser “aliviar a carga fiscal às empresas e famílias”, disse Eduardo Oliveira e Sousa, porta-voz do CNCNP e também presidente da Confederação dos Agricultores

de Portugal. “O CNCNP tomará uma posição formal sobre o que espera do Orçamento do Estado de 2022 no próximo dia 15 de setembro, esperando que a proposta do Governo, e o processo de discussão no Parlamento que se seguirá, a tenham em devida consideração”, explicou

Eduardo Oliveira e Sousa.

Os patrões defendem que o documento deve ainda centrar-se na recuperação da economia. “Precisamos de um orçamento virado para a retoma da economia e capaz de oferecer condições efetivas às empresas para encaixarem uma verdadeira recuperação pós-pandemia, criarem mais riqueza e gerarem mais e

PORMENORES

Prazo

A proposta de OE2022 tem de ser entregue no Parlamento até ao dia 10 de outubro. Tendo em conta que, este ano, o dia 10 de outubro é um domingo, a proposta de OE2022 será entregue no dia útil seguinte, dia 11.

Composição da CNCNP

O Conselho Nacional das Confederações Patronais integra a Confederação dos Agricultores de Portugal, a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, a Confederação Empresarial de Portugal, a Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário e a Confederação do Turismo de Portugal.

melhor emprego”, disse. Para o responsável, o orçamento “pode ser uma oportunidade para uma retoma vigorosa, assim as empresas sejam devidamente enquadradas e articuladas com o Plano de Recuperação e Resiliência e o novo Quadro Financeiro Plurianual.”

O Conselho considera que é preciso “um orçamento de futuro, crente na capacidade do mercado e da iniciativa privada, para respondermos aos atuais desafios económicos que o País enfrenta, numa era de transição envolta em megaproblemas, como a descarbonização e as alterações climáticas. Não precisamos de um orçamento que capture recursos públicos em benefício de interesses ideológicos”, rematou. • COM LUSA



SEGUNDA-FEIRA 06/09/2021 | DIÁRIO | € 1,30 (C/IVA)

85% DA POPULAÇÃO COM PRIMEIRA DOSE

MISSAS PERDEM 500 MIL FIÉIS

P.6, 7 E 48

www.cmjornal.pt

CORREIO
da manhã

DIRETOR: CARLOS RODRIGUES
DIRETORES-ADJUNTOS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA, ALFREDO LEITE, PAULO JOÃO SANTOS E PAULO OLIVEIRA LIMA

CM REVELA TOP 5 DAS MARCAS

165 MIL VIATURAS CHAMADAS À OFICINA

P.8 E 9

EFEITO DO MERCADO GROSSISTA

INSTABILIDADE NO SETOR ENERGÉTICO

PREÇO DA ELETRICIDADE TRIPLICA NUM ANO

GOVERNO PREPARA MEDIDAS
CONSUMIDORES EM ALERTA

REGULADOR tem até 15 de outubro para propor as tarifas a aplicar em 2022. Fatura pode agravar-se P.4E5

77 POSTOS DA GNR COM MENOS DE 10 MILITARES

Direito de Resposta de Ricardo Veludo P.11

ORÇAMENTO DO ESTADO P.26
PATRÕES PEDEM ALÍVIO DA CARGA FISCAL

CAMPANHA P.30
André Ventura vai ao bairro da Jamaica

SAI É ATROPELADO P.20
Dono de cão faz queixa de hotel para animais

PENA FICA SUSPensa P.18
Forcado condenado por violência doméstica

idealista

O portal imobiliário líder em Portugal

VIDAS P.40 A 45

SOL & MIMOS

RONALDO DE QUARENTENA

VALENTINA MUSA DO DRAGÃO PEPÉ QUERIA VIR PARA PORTUGAL

LÁGRIMAS NA DESPEDIDA DE IGOR SAMPAIO

BRASIL-ARGENTINA P.34
DELEGADO DE SAÚDE ACABA COM CLÁSSICO



Jogo durou 5 minutos. Quatro jogadores não cumpriram isolamento

BENFICA P.32
JESUS DEIXA CAIR REFORÇO GIL DIAS

SEM 14 CRAQUES P.10 E 11
SÉRGIO EM DESVANTAGEM PARA ALVALADE

Precisa de dinheiro?

Conheça a Venda com Opção de Compra

Venda o seu ativo e volte a comprá-lo, pagando o 24 suas prestações.

VOC 24

Venda com Opção de Compra

Valores 808 256 737

COMPRAMOS OURO



NOVE MILHÕES EM AJUDAS DO ESTADO

Apoio a emigrantes que queiram voltar



NUNO ANDRÉ FERREIRA

Serviços já aprovaram 2300 candidaturas ao Programa Regressar

O total de 2300 candidaturas aprovadas no âmbito do Programa Regressar, para apoio aos emigrantes que queiram voltar para Portugal, envolvem nove milhões de euros de ajudas do Estado, segundo os dados do Governo. Em 31 de julho de 2021 havia “3480 candidaturas, que abrangem mais cerca de 7700 pessoas, e daquelas já estão aprovadas, ou em fase final de aprovação, 2330, que abrangem mais de 5 mil pessoas, ou

seja, cerca de dois terços das candidaturas foram já aprovadas”, disse o secretário de Estado do Emprego, Miguel Cabrita, à Lusa. Estas candidaturas já aprovadas implicam nove milhões de euros de ajudas do Estado, “dos quais seis milhões já pagos”, salientou o responsável do Ministério do Trabalho pela coordenação do programa. Três em cada quatro candidaturas são de pessoas jovens, que emigraram a partir de 2008. ●

POSTO DE
FRONTEIRAAcácio
PereiraPRESIDENTE DO SINDICATO DA CARREIRA
DE INVESTIGAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO SEFLanchas
e fronteiras

A nova lancha de patrulhamento costeiro da GNR encalhou quarta-feira na praia de Carcavelos. A megalancha “Bojador” custou mais de oito milhões de euros, sendo a maior embarcação ao serviço da GNR.

Tal como já foi observado por altas patentes da Marinha portuguesa, resulta deste incidente que a GNR não tem competências para as funções de vigilância da costa que lhe foram atribuídas. Isso, aliás, já tinha sido tornado claro pela facilidade confrangedora com que migrantes de Marrocos conseguiam desembarcar nas praias do Algarve sem a GNR, sequer, dar por isso.

Esta fragilidade - objetiva e concreta - do Sistema de

CABRITA E COSTA
ATRIBUEM A FORÇAS
MISSÕES PARA AS QUAIS
NÃO TÊM VOCAÇÃO

Segurança Nacional resulta de Eduardo Cabrita e, sobretudo, António Costa quererem atribuir a forças e a serviços de segurança missões para as quais estas não têm vocação.

O melhor exemplo disso é a ideia insensata de entregar à GNR e à PSP o controlo das fronteiras e dos fluxos migratórios. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - SEF é o único serviço que tem competência para tal, desempenhando hoje estas funções com brilho e reconhecimento internacional.

Pôr entidades a fazer o que não sabem é a receita para o desastre. Encalhar nas fronteiras teria consequências bem piores!!! ●

NOTA
EDITORIALDivórcio
comunista

O PCP não é dado a jogos políticos. Pode ter muitos defeitos, mas esse não. Diz o que pensa, faz o que promete. São, por isso, de levar muito a sério as declarações de Jerónimo de Sousa sobre a indisponibilidade dos comunistas em negociar o próximo Orçamento do Estado. O argumento são as autárquicas, os milhões da bazuca que António Costa desatou a disparar pelo País, mas a razão de fundo será outra: chegou o momento do partido regressar à oposição. O casamento com o PS, como se viu com a geringonça, não traz frutos eleitorais, bem pelo contrário, levou a um apagão nas

PCP REGRESSA
À OPOSIÇÃO.
CASAMENTO COM O PS
NÃO TRAZ FRUTOS

urnas. O eleitor valoriza quem toma as decisões e pouco quem as apoia ou as influencia. Demarcar-se da governação socialista, a dois anos das legislativas, dá ao PCP folga para recuperar parte da sua base eleitoral.

Sem o acordo dos comunistas há risco de o Orçamento para 2022 ser chumbado, ainda que mínimo, já que o Bloco de Esquerda tudo fará para aparecer na fotografia como o salvador da pátria, mesmo que a troco de migalhas. Ou o PSD a abster-se, pelo superior interesse da nação. Tudo vai depender do resultado das autárquicas, se a balança fica vergada ao peso da rosa ou o ponteiro mexe pouco. ●

PAULO JOÃO SANTOS
DIRETOR-ADJUNTO



Regime convencionado é o mais utilizado pelos beneficiários da ADSE

NELSON PATRILHILHO

ADSE. Grandes grupos querem “destruir regime convencionado”

A acusação é de Eugénio Rosa, representante dos beneficiários no conselho diretivo do subsistema de saúde dos funcionários públicos.

MARTA F. REIS
marta.reis@ajonline.pt

Eugénio Rosa, economista e representante dos beneficiários no conselho diretivo da ADSE, acusa os grandes grupos privados que na semana passada anunciaram novas tabelas de preços – para as consultas, cirurgias e exames que pretendem retirar das convenções com a ADSE – de estarem a levar a cabo uma estratégia para fugir a preços controlados, “criar um regime livre paralelo para os beneficiários da ADSE e destruir o regime convencionado”.

Numa análise divulgada este fim de semana, depois da entrada em vigor das novas tabelas de preços da ADSE que levaram para já o grupo Luz Saúde, o grupo CUF e o grupo Lusíadas a anunciar novas tabelas e o corte de algumas consultas, cirurgias, exames (dependendo de médicos e da especialidade) e partos (estes no caso da CUF e da Luz e a partir de 1 de janeiro de 2022), o economista torna públicos alguns dados que a ADSE só tinha divulgado parcialmente.

Na semana passada, o organismo indicara que, com os novos preços, tinha havido 80 mil pedidos de associação de procedimentos ao regime convencionado da ADSE e apenas 10 mil pedidos de dissociação. Eugénio Rosa revela que os grandes grupos privados pediram igualmente para associar atos às convenções. “Por exemplo, o grupo CUF já pediu a associação de 4980 a atos e pede insistentemente que a ADSE assinasse convenção com a CUF Tejo pois a ADSE autorizou, transitariamente devido à pandemia, que faturasse através da CUF Infante Santo. O grupo Luz Saúde pediu a associação de 6770 atos médicos, sendo 2800 atos referentes ao Hospital de Vila Real que não tem convenção (...) Dizer que os grandes grupos de saúde se recusaram a assinar convenções com a ADSE é totalmente falso e visa claramente criar insegurança e instabilidade nos beneficiários”, argumenta.

“FATURAR OS PREÇOS QUE QUISEREM” Eugénio Rosa, eleito pelos representantes dos beneficiários,

acusa os grupos Luz e CUF de, “ao mesmo tempo que pedem a associação de milhares de atos e a assinatura de novas convenções” (...) procurarem empurrar os beneficiários para as novas tabelas de preços. “Para estes dois grandes grupos de saúde (dos outros prestadores ainda não há informação, mas o SAMS já faz o mesmo), a estratégia parece ser a seguinte: assinar convenções com a ADSE e associar milhares de atos a essas convenções, para atrair os beneficiários às suas unidades de saúde, mas quando conseguem isso ‘empurrar’ os beneficiários para a ‘tabela de preços especiais’”, escreve.

Segundo o vogal do conselho diretivo da ADSE, é usada a “desculpa” de que já não têm convenção, o que alega ser falso em muitos casos, ou que o médico não está no regime convencionado da ADSE, denunciando que “a CUF, por exemplo, está a forçar muitos médicos a saírem das convenções reduzindo drasticamente os honorários que pagavam e culpa falsamente a ADSE por isso”.

Questionado pelo *i* sobre esta denúncia, o grupo CUF referiu ontem que a “implementação da nova tabela do regime convencionado implicou apenas (...) um ajuste automático e totalmente proporcional nos honorários do corpo clínico, que se concretizou no aumento dos honorários sempre que os preços da tabela subiram e numa redução sempre que os preços desceram”. O grupo diz ainda ter uma postura de “permanente e construtivo diálogo” com a ADSE, mostrando-se disponível para contribuir para a “correção” da nova tabela, como foi deixado em cima da mesa na semana passada pela presidente do subsistema, Manuela Faria.

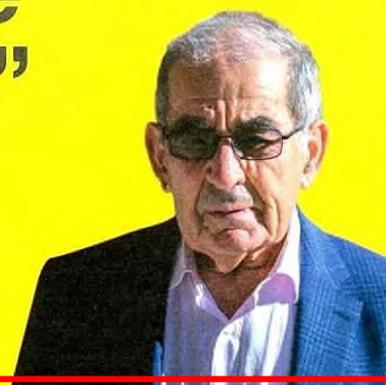
“COMO NÃO SER ENGANADO” Na altura, Manuela Faria lamentou que os privados não mantenham todos os atos nas convenções, mas lembrou que isso já não acontecia antes. Eugénio Rosa tem um discurso mais duro. Perante uma estratégia que classifica como mais “sofisticada e articulada” que a anterior – lembrando a investigação encetada pela Autoridade da Concorrência que, em julho, acusou a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada e grandes grupos privados de concertação na contratação por parte da ADSE e IASFA – o economista deixa um conselho aos beneficiários para “não serem enganados”: na hora da marcação, perguntar se o ato ou exame é feito no âmbito da convenção do grupo com a ADSE ou não. “Se não for, procurem outro prestador que tenha convenção com a ADSE”, recomenda.



ADSE. Grandes grupos privados querem “destruir regime convencional”

A acusação é de Eugénio Rosa, representante dos beneficiários na direção do subsistema de saúde dos funcionários públicos

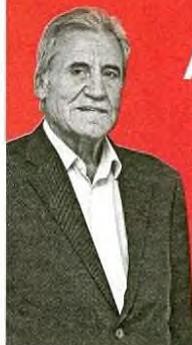
Economista denuncia “estratégia” dos privados e dá conselho a trabalhadores na hora de marcar consultas e cirurgias // PÁG. 8



Prateleiras vazias no Reino Unido. A culpa é da covid ou do Brexit?

“Algumas pessoas já começaram a comprar perus para congelar para ter no Natal”, conta portuguesa a viver em Londres

// PÁGS. 10-13



AVANTE!. JERÓNIMO ATACA DIREITA E CRITICA “ANÚNCIOS REPETIDOS” DO GOVERNO

Avante! terminou com recados e caderno de encargos para negociações do OE: “Sem uma profunda alteração das políticas o país não sairá da cepa torta”

// PÁGS. 2-3



Entrevista a Simone Duarte, jornalista e autora de um livro com testemunhos inéditos sobre o 11 de Setembro

“Os EUA não invadiram o Afeganistão para ajudar as mulheres afegãs. Temos de ser menos ingénuos”

// PÁGS. 14-18

Covid-19. Portugal é o 2º país do mundo a chegar a 85% de vacinação

// PÁG. 32

Autárquicas no Porto. Eleições serão um “passeio no parque”

// PÁGS. 4-5

Outono. Golfe e Moto GP deixam setor do turismo animado

// PÁG. 32

Novos cursos. Médicos britânicos respondem a Manuel Heitor

// PÁG. 6

Um herbário de Júlio Dinis é a estrela da Feira do Livro do Porto

// PÁGS. 24-25



Linha Regressar está suspensa e será redesenhada para atrair interessados

CRÉDITO A Linha de Crédito Regressar, para apoio aos empresários portugueses e lusodescendentes que regressem a Portugal, está suspensa e será reformulada para se tornar mais atrativa. Demonstrativo do “pouco sucesso” da linha, disse à Lusa a secretária de Estado das Comunidades, Berta Nunes, é facto de só ter sido utilizada por “da Madeira, provavelmente até venezuelanos”. A linha tinha um limite de crédito de um milhão de euros por empresa e de 500 mil euros por cidadão. O Governo não avançou que alterações serão feitas.



CONSUMO

Integração dos bancos atrasa app do IVAucher

Os bancos foram chamados a participar no IVAucher, para reembolsar os consumidores. Mas a integração da banca está a atrasar o lançamento da aplicação, que já deveria estar disponível.

A aplicação móvel do IVAucher, destinada aos comerciantes e consumidores que queiram participar no programa de incentivo ao consumo nos setores da restauração, alojamento e cultura, deveria estar disponível desde o dia 1 de setembro, mas o seu lançamento está atrasado. Em causa está o alargamento do programa às instituições bancárias, que irão fazer os reembolsos aos consumidores que beneficiem de descontos, uma decisão que está a exigir “adaptações técnicas”.

A primeira fase do IVAucher, de acumulação do IVA pago nos setores abrangidos pelo programa, terminou na semana passada, a 31 de agosto. Agora, decorre a segunda fase, em que a Autoridade Tributária (AT) irá fazer, ao longo do presente mês, o apuramento do saldo acumulado. A terceira e última fase, em que os consumidores poderão gastar o saldo acumulado em novas compras nos mesmos setores, obtendo descontos máximos de 50%, irá funcionar no período de 1 de outubro a 31 de dezembro.

Mas, antes disso, a 1 de setembro, deveria ter sido já lançada a aplicação IVAucher, quer para os consumidores, que ali poderão consultar o saldo disponível, quer para os comerciantes, que têm nesta aplicação uma das opções para participar no programa.

O atraso no lançamento da aplicação é confirmado ao Negócios pela SaltPay, a empresa que operacionaliza o programa, e pelo Ministério das Finanças, que garantem, ainda assim, que a nova aplicação estará disponível em breve.

“A app está a ser adaptada em função da recente adesão

dos bancos. Contamos que fique disponível muito em breve”, diz fonte do gabinete de João Leão.

O mesmo é explicado pela SaltPay. “A aplicação IVAucher necessitou de adaptações técnicas, tendo em conta a adesão dos bancos ao programa. É essa a razão pela qual a app ainda não está disponível, mas tal acontecerá muito brevemente”, refere fonte oficial da empresa.

Nenhuma destas entidades adianta, contudo, a data exata de lançamento da aplicação.

Este atraso acontece depois de, na semana passada, o Governo ter anunciado uma nova solução para que os comerciantes possam participar no IVAucher, sem custos adicionais, numa altura em que a adesão ao programa ainda estava aquém do que era esperado.

Assim, para além dos terminais de pagamento automático (TPA) disponibilizados pela SaltPay, da aplicação IVAucher e do sistema de faturação – soluções que, para os comerciantes, terão um custo de 0,75% do valor de cada transação realizada no âmbito do IVAucher –, os comerciantes poderão participar através dos TPA que já usam habitualmente e que sejam detidos pelos bancos. Isto sem custos adicionais, para além das taxas que já pagam pela utilização dos TPA.

Esta solução ainda não está, contudo, finalizada. Segundo adiantou o Ministério das Finanças, há ainda “questões técnicas” a resolver para que os bancos sejam integrados. Ao mesmo tempo, a decisão de participar nesta solução, que irá acarretar custos, ainda não foi tomada por todos os bancos. ■

RAFAELA BURD RELVAS

Reembolsos feitos em dois dias

Ao contrário do que estava previsto de início, o IVAucher não irá dar, necessariamente, descontos imediatos. Esta semana, o Governo anunciou uma solução, que permite aos comerciantes participarem no programa sem custos adicionais, em que os consumidores que façam compras no âmbito do IVAucher sejam reembolsados, na própria conta bancária, pelos respetivos bancos. Este reembolso irá acontecer num prazo máximo de dois dias úteis. “Foi aprovado um diploma que procede à adaptação do IVAucher com o intuito de potenciar a sua simplicidade e universalidade. Nesse sentido, o programa é alargado a outras entidades para efeitos de adesão e utilização do benefício, passando também a prever-se o ressarcimento do montante do benefício para a conta bancária do consumidor no prazo máximo de dois dias úteis após o pagamento”, indicou o Governo, em comunicado divulgado na quinta-feira.



A app está a ser adaptada em função da recente adesão dos bancos. Contamos que fique disponível muito em breve.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Fonte oficial



NOTAS DA SEMANA



LUÍS MARQUES MENDES
Advogado

A análise de Luís Marques Mendes ao que marcou a última semana da vida nacional e internacional. Os principais excertos da sua intervenção na SIC, nos temas escolhidos pelo Negócios.

Posição do PCP no Orçamento do Estado não depende do resultado das autárquicas

A VACINAÇÃO EM DIA HISTÓRICO

1. Hoje é um dia histórico: toda a população portuguesa que queria ser vacinada e que tinha idade para ser vacinada está vacinada com a primeira dose. O primeiro objectivo definido está alcançado – 85% da população já tem, pelo menos uma dose. É toda a população que pode ser vacinada (menos 12% de crianças abaixo dos 12 anos); e toda a população que queria ser vacinada (só cerca de 3% recusaram a vacina). Em oito meses e uma semana. Notável.

O segundo objectivo – 85% com a vacinação completa – será alcançado dentro de duas ou três semanas. Até final de Setembro acaba o processo de vacinação. Isto é histórico. Motivo de orgulho para o País.

2. A realidade que temos pela frente é impressionante:

a) À escala global – Somos o 2.º país do mundo e o 1.º da UE com mais doses administradas em percentagem da população;

b) Por faixas etárias – A generalidade das faixas etárias tem níveis de vacinação muito acima de 90%.

c) Vacinação nos jovens – Apesar das dúvidas que existiam em relação aos mais jovens, as expectativas foram superadas.

d) Finalmente, este resultado ainda pode subir ligeiramente (para 86% ou 87%) com a vacinação de imigrantes irregulares.

3. Aqui chegados, há quatro saudações a fazer:

- Ao Almirante Gouveia e Melo. Foi o líder do sucesso desta tarefa ciclópica. Simbolicamente falando, merece uma estátua!

- Aos profissionais do SNS, designadamente os enfermeiros. Não foram notórios, mas foram notáveis na competência e dedicação.

- Aos autarcas – A sua colaboração foi exemplar, designadamente na criação de grandes centros de vacinação.

- Aos portugueses. Este sucesso só acontece porque os portugueses confiam nas vacinas. Demonstram maturidade e responsabilidade. Ao contrário do que sucede em grandes países da UE e nos EUA.

4. Muitos perguntam: agora volta tudo ao normal? Ainda não. Temos de nos habituar a viver com este vírus. Muita coisa mudou mas ainda não muda tudo.

- Primeiro, a pandemia é, por definição, universal. Enquanto o mundo não estiver todo vacinado, a pandemia não acaba.

- Segundo, enquanto o mundo não estiver vacinado, há o risco de surgirem novas variantes. Já há mais uma à espreita, na Colúmbia.

- Terceiro: há três coisas positivas: a vacinação não elimina o número de mortos mas diminui-o brutalmente; não extingue a infeção grave, mas reduz fortemente o seu impacto; pode haver vacinados infectados, porque a vacina não protege a 100%, mas o número é irrisório. ■

A SUCESSÃO NO PS E NO PSD

1. Temos dois processos de sucessão em curso. No PS e no PSD. O do PS, para ser concretizado em 2023, é muito parecido com o de Cavaco Silva, em 1995.

- Primeiro, muitos não acreditam ainda que Costa saia em 2023. Tal como sucedia com Cavaco Silva em 1995. Na altura também 95% dos portugueses não acreditavam na saída. E, todavia, a intenção de saída de Cavaco era bem visível. Agora é o mesmo. Digo-o aqui há meses: António Costa quer sair em 2023 por duas razões: cansaço político; e ambição de um cargo internacional.

- Segundo, muitos não valorizam este tabu de António Costa. Mas é um grande facto político. Por um lado, dar a entender uma saída com tamanha antecedência não é normal. Pode ser um erro, retirar autoridade ao primeiro-ministro e coesão ao Governo. E, quando a saída se concretizar, se se concretizar, isso pode significar uma mudança radical na política nacional. Tudo igual a 1995.

2. No PSD é diferente. É inevitável uma disputa da liderança. Causa: a falta de oposição eficaz. Com Rio ou sem Rio, o país precisa de uma oposição a sério. O que vivemos é uma anomalia de democracia. Dois exemplos desta semana:

- Lei do Cibercrime, chumbada no TC. O Governo queria que o MP pudesse apreender correspondência electrónica sem a prévia autorização de um juiz. Uma iniciativa grave. Até deputados do PS se demarcaram do governo. O PSD, ao invés, apoiou-o. Foi “mais papista que o Papa”. Agora levou uma “bofetada” do TC. Isto não é oposição.

- DL de Execução Orçamental – Há dois anos que o Governo não aprova um DL que é obrigatório. Está a provocar a AR e a fugir ao escrutínio. E o quero, posso e mando. Se isto sucedesse com um Governo de centro direita, caía o Carmo e a Trindade. O que faz o PSD? Pactua pelo silêncio. Isto não é oposição.

3. Paulo Rangel será candidato à liderança? Repito o que disse em Julho: Rangel é o que está mais bem posicionado para avançar. E acrescento hoje: os sinais de que possa avançar são claros. Primeiro, a entrevista de ontem no Alta Definição – corajosa, natural e genuína; depois, a sondagem da Intercampus que saiu esta semana (CM e Negócios). Segundo a sondagem, Rangel é o preferido dos portugueses para candidato a líder do PSD. ■

FESTA DO AVANTE

1. Primeiro apontamento: foi, sobretudo, uma grande festa de mobilização para as autárquicas. E faz todo o sentido. Estas autárquicas são um enorme desafio para o PCP. Há quatro anos, o partido teve um resultado que foi um descalabro. Agora, quatro anos depois, se o PCP não re-

cupera algumas Câmaras, então passa de um descalabro a humilhação. Uma nova perda autárquica será uma humilhação para o PCP.

2. Segundo apontamento: Jerónimo de Sousa fez várias críticas ao PS e ao Governo. Faz parte da coreografia política. Convém não levar muito à letra. O PCP critica muito o PS e o Governo mas a seguir às autárquicas vai viabilizar o OE.

- O próximo OE vai seguramente ter o mesmo tratamento do do ano anterior: a abstenção do PCP e o voto contra do Bloco.

- E esta posição do PCP não depende do resultado das autárquicas. Tenha o resultado que tiver, o PCP não quer crises, não quer a queda do Governo e tem medo de eleições antecipadas. É o PCP que segura o Governo! ■

CRISE NA ADSE

1. De tempos a tempos, temos uma crise com a ADSE. O que preocupa muita gente. E com razão – a ADSE tem cerca de 1,2 milhões de beneficiários. Desta vez, são alguns grupos privados que não aceitam alguns dos valores da nova tabela de preços aprovada pela ADSE. Qual é o risco desta crise?

- É o risco de haver um prejuízo sério para os beneficiários da ADSE. Os quais já descontam muito (3,5%). Uma vez que grupos privados não aceitam alguns dos novos valores, isto significa que não aceitam prestar alguns actos médicos. Assim, os beneficiários podem ter aqui um prejuízo. Fazem descontos grandes mas não sentem os benefícios plenos do esforço financeiro que fazem.

- É bom que ADSE e privados se entendam. E que a ADSE tenha uma cultura de diálogo e concertação e não de imposição. Primeiro, porque, não havendo concertação, quem perde são os beneficiários; a seguir, perde a ADSE. É que antigamente a inscrição na ADSE era obrigatória. Agora, é facultativa. O que significa que beneficiários que fazem um desconto grande (3,5% do seu salário) e não têm serviços adequados, podem abandonar a ADSE e fazer um seguro privado. Isto afecta a sobrevivência da ADSE.

2. Ainda falando de saúde, o ministro Mamel Heitor gerou esta semana uma pequena tempestade: disse ao DN que, tal como no RU, a especialidade da medicina familiar devia ter uma formação menos exigente. Esta afirmação é um disparate completo: primeiro, é falso que no RU esta especialidade tenha um tratamento menos exigente (os britânicos até já desmentiram o Ministro); segundo, deu um sinal de desvalorização da Medicina Geral e Familiar, o que é injusto (estes médicos são a porta de entrada do SNS e, como se viu na pandemia, são fundamentais); finalmente, deu um sinal de facilitismo. O contrário do que se espera de um Ministro. ■

Uma nova perda autárquica será uma humilhação para o PCP.

negócios

negocios.pt

Segunda-feira, 6 de setembro de 2021 | Diário | Ano XVIII | N.º 4573 | € 2,70
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

ANTÓNIO MOITA
Crescer, em economia,
significa tão-só enriquecer
OPINIÃO 25



L. MARQUES MENDES
Posição do PCP no OE não
depende das autárquicas
OPINIÃO 26



11 DE SETEMBRO DE 2001

O DIA ZERO

Os atentados às Torres Gémeas, em Nova Iorque, mudaram o mundo. Ao longo da semana, o Negócios vai analisar os principais efeitos deste ato. Hoje, conheça os impactos geoestratégicos produzidos pelo dia em que a América se sentiu vulnerável.

PRIMEIRA LINHA 4 a 7, EDITORIAL

PETER MORGAN

Covid afunda receita da cobrança coerciva

Estado cobrou 147 milhões de euros em três meses, o valor mais baixo desde 2009.

ECONOMIA 8 e 9

investidor privado

Compras escolares, a primeira prova do ano letivo



Martifer constrói estúdios de TV e rádio em Angola

EMPRESAS 12 e 13

Investimento em fintech atingiu valores recorde

MERCADOS 16 e 17

Publicidade

idealista

O portal imobiliário líder em Portugal



**AINDA HÁ
ESPERANÇA**



ANTÓNIO MOITA
Jurista

Regresso ao trabalho

Com exceção de quem ainda não gozou férias ou daqueles que não têm emprego, o início do mês de setembro marca o regresso ao trabalho. Esperemos que este ano, ao contrário do anterior, voltemos a uma certa normalidade e que todos se concentrem mais nas suas tarefas e menos nos perigos resultantes de a pandemia não ter ainda terminado. Portugal, mais do que nunca, precisa de produzir. Muito mais e muito melhor.

Mas depois de ouvir a intervenção de António Costa no encerramento do Congresso do PS ficamos com a sensação de que por muito que as empresas cresçam haverá sempre um Estado disponível para distribuir mais do que tem. Ninguém fez certamente as contas, provavelmente não disseram nada ao ministro das Finanças, à imensidão de apoios, subsídios, incentivos e deduções fiscais contidos naquelas folhas de papel. Largos milhares de milhões de euros foram anunciados para proteger os mais vulneráveis e melhorar os serviços públicos numa tentativa de captar a atenção e o voto dos eleitores nas próximas eleições autárquicas mas, fundamentalmente, o apoio dos companheiros de jornada na aprovação do próximo Orçamento do Estado. Resta apenas a es-



perança de que o grau de cumprimento destas promessas fique ao nível das anteriores, ou seja, próximo de coisa nenhuma.

Portugal era em 2019, apenas superado por Grécia e Itália, o país que tinha maior dívida da administração pública em percentagem do PIB. Eram cerca de 118% quando a média da União Europeia se situava nos 78%. Já nas despesas em pensões também em percentagem do PIB, Portugal gastava cerca de 14% contra 12% da média europeia. O rendimento médio anual das famílias portuguesas era de 12.785 euros contra 19.233 de média dos restantes países europeus. E a

produtividade laboral por hora de trabalho tinha um índice de 66 contra, por exemplo, 176 da Irlanda. Estamos quase no fim da tabela sendo que atrás de nós estão apenas economias do Leste europeu que nos estão, ano após ano, a ganhar terreno e que muito em breve nos irão ultrapassar.

Neste cenário pouco animador, temos um Governo que pensa transformar o dinheiro que está para entrar em mais despesa. De investimento no tecido produtivo pouco ou nada se fala. De desagravamento fiscal para quem realmente paga impostos nem uma linha. De fomento à acumulação de poupança e in-

centivo à sua canalização para investimento nem se lembraram. Portugal vive habituado a gastar o que não tem. E quando acaba espera que venha mais. Não há transição digital que possa acabar com este ciclo de empobrecimento nem turistas suficientes para mascarar o crescimento das nossas exportações.

Crescer, em economia, significa tão-só enriquecer. Mas para lá chegar é preciso produzir mais e vender melhor. Acrescentando valor aos nossos produtos para que eles comparem bem com os que com eles concorrem. Alguém ouviu António Costa falar nisto no seu discurso? Eu não ouvi e estive atento. Porque não é isto que a esquerda quer ouvir. Para comunistas e bloquistas o ideal é continuar a ter um país pobre, dependente, assimétrico e pouco desenvolvido. O seu discurso reivindicativo e de futuro só faz sentido num ambiente degradado, carregado de pessoas sem esperança e sem futuro. É isto que este Governo quer? Certamente que não. Mas a sua dependência permanente destes parceiros de conveniência condiciona fortemente as suas escolhas e limita o desenvolvimento rápido e racional da nossa economia. Talvez António Costa consiga convencê-los a aceitar um pacote de verdadeiros estímulos aos aumentos de produtividade se lhe chamar "batalha da produção". Não fará grande diferença, as empresas e os trabalhadores portugueses agradeceriam e o país começaria a mudar para melhor. ■

coluna semanal à segunda-feira

Crescer, em economia, significa tão-só enriquecer. Mas para lá chegar é preciso produzir mais e vender melhor.

negócios

negocios.pt

Segunda-feira, 6 de setembro de 2021 | Diário | Ano XVIII | N.º 4573 | € 2,70
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

ANTÓNIO MOITA
Crescer, em economia,
significa tão-só enriquecer
OPINIÃO 25



L. MARQUES MENDES
Posição do PCP no OE não
depende das autárquicas
OPINIÃO 26



11 DE SETEMBRO DE 2001 O DIA ZERO

Os atentados às Torres Gémeas, em Nova Iorque, mudaram o mundo. Ao longo da semana, o Negócios vai analisar os principais efeitos deste ato. Hoje, conheça os impactos geoestratégicos produzidos pelo dia em que a América se sentiu vulnerável.

PRIMEIRA LINHA 4 a 7, EDITORIAL

PETER MORGAN

Covid afunda receita da cobrança coerciva

Estado cobrou 147 milhões de euros em três meses, o valor mais baixo desde 2009.

ECONOMIA 8 e 9

investidor privado

Compras escolares, a primeira prova do ano letivo



Martifer constrói estúdios de TV e rádio em Angola

EMPRESAS 12 e 13

Investimento em fintech atingiu valores recorde

MERCADOS 16 e 17

Publicidade
idealista

O portal imobiliário líder em Portugal



POLÍTICA

Negociações para Orçamento já mexem

Tiago Peting/Lusa



Jerónimo de Sousa encerrou a Festa do Avante, que voltou a realizar-se, no ano do centenário do PC.

O Orçamento do Estado para 2022 já está na atualidade política. Depois de António Costa ter anunciado, na semana passada, no congresso do PS, já algumas das medidas que vão estar na proposta do Governo para as contas de 2022, como o IRS jovem e mais apoios a famílias com mais filhos, os partidos da oposição não perderam tempo a promover o seu caderno de encargos.

No último dia da Festa do Avante, Jerónimo de Sousa, líder do PCP, falou no aumento do salário mínimo para 850 euros, a valorização das reformas e das car-

reiras do SNS, as creches gratuitas, a subida do abono de família, mais acesso ao subsídio de desemprego, rede de lares e as mudanças nas leis laborais.

De Catarina Martins, coordenadora do Bloco de Esquerda, vieram as reivindicações para a saúde, uma prioridade que já tinha traçado no anterior Orçamento - o de 2021, que está em vigor - que foi aprovado com a abstenção do seu partido. Agora, para 2022, volta a dizer, citada pela Lusa, que o Bloco "não vai descansar se não garantir um Serviço Nacional de Saúde que responda a toda a gente, para

a covid e para não covid", e o reconhecimento de quem está na linha da frente a trabalhar todos os dias com contratos "a sério".

Da direita, Francisco Rodrigues dos Santos, líder do CDS-PP, também escolheu a saúde para reafirmar a proposta de ser criada uma via verde para acabar com as listas de espera, com acordos com privados. E Rui Rio clamou a redução do IVA da restauração para os 6% durante dois anos.

António Costa não ficou à margem do Orçamento, e voltou a prometer apoios ao interior e às famílias com filhos. ■ AM



Destaque Covid-19

Estado gastou 218 milhões em testes PCR feitos por privados

ACSS validou 3,3 milhões de requisições facturadas por laboratórios privados. Já se realizaram mais de 17 milhões de testes, moleculares e rápidos de antígeno

Mariana Oliveira

O Ministério da Saúde gastou mais de 218 milhões de euros desde o início da pandemia até ao final de julho em testes moleculares para detectar infecções pelo novo coronavírus, realizados pelos laboratórios privados. O número foi avançado ao PÚBLICO pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) e diz respeito aos testes vulgarmente conhecidos como PCR.

“O valor facturado entre Março de 2020 e Julho de 2021, conforme reportado pelo Centro de Contacto e Monitorização do Serviço Nacional de Saúde, totaliza 218.286.208 euros, correspondendo a um total de 3.365.759 requisições facturadas”, precisa a ACSS na resposta enviada ao PÚBLICO. Tal equivale a um preço médio próximo dos 65 euros.

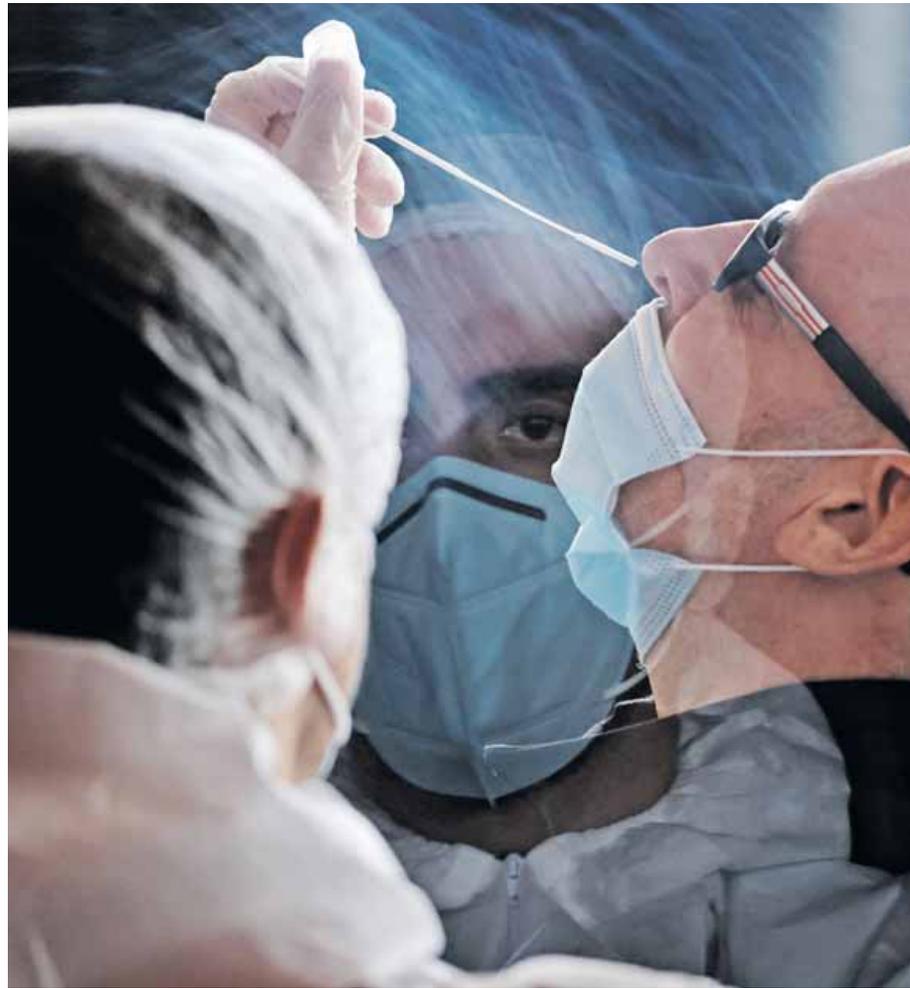
O gasto é muito significativo se tivermos em consideração que, em 2020, os encargos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com as convenções na área das análises clínicas ascenderam a 235 milhões de euros,

mais 36% do que no ano anterior (186,4 milhões de euros), segundo o último Relatório Anual do Acesso da ACSS.

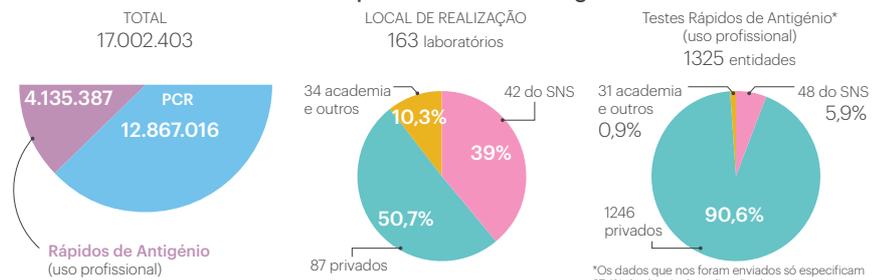
As análises clínicas representaram no ano passado mais de metade (52%) da despesa do sector convencionado com o SNS e esta foi a única área em que os encargos aumentaram em comparação com 2019, “em grande parte em face do elevado número de testes ao SARS-CoV-2 realizados”, refere o relatório. “O preço unitário deste exame foi sofrendo alterações em baixa sempre que a diminuição dos custos da sua realização o justificava”, acrescenta.

Para se ter uma ideia da dimensão do montante gasto com PCR, para pagar a despesa de 218 milhões reportada a 17 meses, seria necessário gastar, por exemplo, toda a receita obtida com taxas moderadoras no SNS o ano passado (99,6 milhões de euros) e ainda uma parte significativa dos 178 milhões arrecadados em 2019.

O valor gasto nos PCR contabilizado pela ACSS deixa de fora, pelo menos, Agosto, mês em que foram realizados cerca de 800 mil testes



Testes realizados desde o início da pandemia até 30 de Agosto de 2021



Fonte: Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

PÚBLICO

moleculares que procuram o material genético do próprio vírus – neste caso, o ácido ribonucleico (ARN) – que usam uma técnica chamada “reação em cadeia da polimerase” ou RT-PCR, na sigla em inglês. Cerca de 400 mil terão sido realizados pelos laboratórios privados, 40% dos quais para o SNS, que está a pagar 45 euros por teste desde o início de julho, o que significa que o Estado terá de desembolsar pelo menos mais 7,2

milhões de euros pelos PCR realizados em Agosto.

No final da semana passada, foi ultrapassada a fasquia dos 17 milhões de testes realizados desde o início da pandemia, um número que inclui tanto moleculares como rápidos de antígeno. “Foram realizados até ao dia 30 de Agosto de 2021 um total de 17.002.403 testes de diagnóstico à covid-19. Desses, 12.867.016 foram RT-PCR e 4.135.387 foram testes rápidos

de antígeno de uso profissional”, contabiliza o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. Os testes moleculares, adianta, “foram realizados através de uma rede de 163 laboratórios, dos quais 42 pertencem ao SNS (realizaram 39% do total), 87 são privados (50,7% dos testes) e 34 pertencem à academia ou a outras instituições (10,3%)”.

O preço que o Estado paga pelos testes moleculares aos privados com



ouve-se o INSA e a Associação Nacional dos Laboratórios Clínicos (ANLC), que é um lobby poderoso. Os hospitais ficam numa terra de ninguém. Não há uma estratégia conjunta para os laboratórios hospitalares a nível nacional”, critica o médico.

Para a ANLC, o número de testes realizados pelos laboratórios privados mostra a importância que este sector teve no combate à covid-19: “O Estado não conseguia sozinho combater com a velocidade que o fez esta pandemia. Para além desta enorme capacidade, os laboratórios privados deram capilaridade geográfica, facilidade de acesso e segurança aos utentes, não sobrecarregando as estruturas hospitalares e permitindo que estas se pudessem focar no tratamento de doentes internados. Sem o apoio do sector privado, este combate conjunto não teria tido os mesmos resultados.”

Numa resposta enviada ao PÚBLICO, a ANLC realça a importância da testagem para conter a pandemia. “Permite encontrar os casos positivos e fazer rapidamente a identificação e seguimento”, refere. Quanto aos preços, a associação nota que, desde o início, os valores pagos pelo Estado foram aqueles que, a cada momento, permitiam ao sector prestar este “serviço essencial”.

A ANLC nota que “todos os laboratórios tiveram, literalmente, de se reformular de uma forma radical a nível de recursos humanos, equipamentos de biologia molecular de elevada sofisticação, a nível logístico e de sistemas de informação, para dar ao Estado a informação necessária e atempada para ir fazendo a identificação e seguimento, e para dar as respostas o mais rápidas possível a cada utente”. Muitos criaram estruturas apenas para a pandemia.

Neste momento, o Estado paga quase metade do valor desembolsado em Março pelos testes – até porque os custos dos mesmos baixaram significativamente à medida que os problemas de carência no mercado foram desaparecendo. Mas, estranhamente, os quatro grandes laboratórios privados continuam a praticar quase os mesmos preços aos seus clientes particulares. Das quatro grandes redes – Germano de Sousa, Joaquim Chaves, Synlab e Unilabs –, só a Synlab pratica preços inferiores a 100 euros por um teste molecular, valor adoptado por alguns desde o início da pandemia. Na sua rede habitual, cobra 90 euros por exame, um valor que sobe para 100 euros se o teste for realizado nos aeroportos.

Valores bastante mais elevados do que os praticados pela Cruz Vermelha Portuguesa (CVP): 60 euros em Lisboa e Porto e 65 no resto do país. “O nosso objectivo não é ganhar dinheiro. Apenas colocamos uma margem de segurança sobre os nossos custos”, explica Gonçalo Órfão, coordenador do programa nacional de testes da CVP. **Com Alexandra Campos**

Análises

Pandemia fez quadruplicar lucros de alguns laboratórios

Mariana Oliveira

As grandes redes de laboratórios privados do país melhoraram as contas com a pandemia e, pelo menos duas, viram os lucros disparar, chegando a quadruplicar no ano passado os resultados líquidos face a 2019. No sector e, independentemente da dimensão, a maioria parece ter lucrado com o novo coronavírus. Apesar de terem sofrido do primeiro confinamento, que fechou muitos postos de colheitas devido a uma redução abrupta da procura das análises clínicas habituais, os laboratórios conseguiram compensar as perdas com os testes covid.

Segundo o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, 87 privados realizaram 6,5 milhões de testes moleculares até ao final de Agosto e integram o grupo de 1246 entidades privadas (incluindo clínicas e farmácias) que realizaram 3,7 milhões de testes rápidos de antigénio.

Das quatro maiores redes de laboratórios do país – a Germano de Sousa, a Joaquim Chaves, a Unilabs e a Synlab –, a Germano de Sousa foi a que registou um lucro mais elevado. O resultado líquido passou de pouco mais de seis milhões de euros em 2019 para quase 23,3 milhões de euros em 2020. Um acréscimo de 286%, já contando com o brutal aumento de impostos (passou de dois milhões de euros para 7,7 milhões). O volume de negócios não cresceu na mesma proporção, tendo passado de 35,6 milhões para 74,4. Conclusão: a margem de lucro aumentou muito.

Apesar de o Germano de Sousa ter sido o grupo que apresentou os lucros mais elevados, a rede de Joaquim Chaves foi a que mais viu crescer os resultados líquidos. Em 2019, o lucro tinha ficado um pouco abaixo dos 2,8 milhões de euros, tendo subido até aos 11,6 milhões no ano passado. Um aumento de 319%. Também aqui o volume de negócios cresceu numa proporção muito menor (42%), passando de 40,7 para 57,7 milhões.

Mais difícil é analisar os resultados do grupo Synlab, multinacional presente em 36 países. Com uma estrutura empresarial complexa, que ninguém do grupo esteve disponível para clarificar, a Synlabhealth Portugal apresentou prejuízos no nosso país nos últimos cinco anos, com resultados negativos que variaram entre 5,5 milhões (2017) e os 13,8 milhões (2019). Em 2020, registou um prejuízo de 7,6 milhões de euros (44%) abaixo do contabilizado no ano anterior. O resultado operacional chegou a ficar em terreno positivo (quase 27

mil euros), mas os nove milhões gastos com juros empurraram a empresa para os prejuízos.

Já a Unilabs, presente em 16 países, ainda não apresentou as contas. Contactada pelo PÚBLICO, fonte oficial da Unilabs adiantou que as contas das empresas do grupo “serão depositadas brevemente”.

“Relativamente ao exercício de 2020, verificou-se um ligeiro crescimento das receitas consolidadas do grupo, que teve, no entanto, uma quebra acima de dois dígitos percentuais nos seus resultados no ano transacto”, refere. Tal pode estar relacionado com o facto de o negócio do grupo abarcar outras áreas além das análises clínicas, como a imagiologia, que sofreram quebras na procura.

Uma análise sectorial da Infarma D&B, firma especializada na recolha de informação de empresas, que avalia 187 laboratórios, conclui que em média este tipo de sociedades aumentou o volume de negócio 11,3% entre 2019 e 2020. Já os lucros médios subiram 113%, para quase 321 mil euros.

O médico Germano de Sousa admite que “ganhou dinheiro”, mas realça que também “gastou muito”. “Come-



Grupo Germano de Sousa foi um dos que viram os lucros aumentar no ano da pandemia

quem tem convenções tem vindo a descer desde que foi detectado o primeiro caso positivo de covid-19 em Portugal, em Março do ano passado.

Nesse mês, o Ministério da Saúde acordou com os laboratórios privados pagar 87,95 euros por cada teste, um valor que desceu em Setembro do ano passado para 65 euros.

“O preço definido em Março reflectia as condições internacionais adversas do mercado, designadamente a escassez de reagentes verificada a nível mundial e os consequentes preços. O cenário é hoje diferente, verificando-se uma estabilização dos preços de mercado dos produtos utilizados, nomeadamente nos reagentes”, justificava nessa altura o Governo, num comunicado. O valor voltou a sofrer uma actualização a 7 de Junho passado, reduzindo novamente o preço, desta vez para os 40 euros. Um mês depois, a 1 de Julho, faz-se uma nova revisão de preços, desta vez, em alta. “Após nova avaliação, dado o contexto epidemiológico actual e a necessidade de manter e reforçar a resposta laboratorial de testes PCR, o preço sofreu nova actualização, pas-

Custos baixaram, mas preço dos testes cobrado a clientes particulares nem tanto

sando a situar-se nos 45 euros”, justificou o Ministério da Saúde.

Privados “muito úteis”

Tiago Guimarães, presidente do Colégio de Patologia Clínica da Ordem dos Médicos e director do serviço de Patologia do Hospital de S. João, não tem dúvidas de que os privados foram muito úteis na realização de testes nesta pandemia, essencialmente pela dimensão e capilaridade da sua rede. Mas também tem a certeza de que ganharam muito dinheiro. O seu serviço chegou a fazer 1000 testes moleculares por dia, por isso, o médico está familiarizado com os seus custos. Estima que no seu hospital o custo médio de um teste PCR ficou abaixo dos 40 euros, incluindo reagentes, zaragatoas, kits e recursos humanos.

O patologista lamenta que em diversos períodos a capacidade dos hospitais tenha sido subaproveitada. “Relativamente aos testes e análises,



Comparticipação do Estado

Maior parte dos grandes laboratórios de análises não faz testes grátis

Alexandra Campos

Um sexto das farmácias do país aderiu, até à data, ao regime de testes participados a 100% pelo Estado

Dos quatro grandes laboratórios de análises clínicas do país, três não fazem testes rápidos de antígeno de uso profissional participados pelo Estado, que estipulou um preço máximo de 10 euros. E o único que aceita fazer – a rede de laboratórios Germano de Sousa – não publicita esta actividade na plataforma criada para divulgar a lista dos locais de Norte a Sul do país onde é possível realizar os testes gratuitos.

Quando o Governo decidiu avançar, em Julho, com este regime de participação a 100% de testes rápidos de antígeno para detecção do novo coronavírus e de uso profissional (não confundir com os autotestes) a pensar, sobretudo, nos cidadãos com mais dificuldades económicas, no início foram poucas as farmácias e laboratórios a aderir. Alegavam que o valor pago – 10 euros cada um – não compensava os custos com o material e o trabalho administrativo, porque, além dos kits e da colheita feita por profissionais, é preciso reportar toda a informação obtida na plataforma oficial Sinave-Lab (Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica).

De dia para dia, tem vindo a aumentar o número, principalmente de farmácias, que aceitam realizar estes testes que permitem pedir o certificado digital. Este regime não abrange as pessoas que já tenham o esquema vacinal completo há pelo menos 14 dias, as que recuperaram da infecção há menos de 180 dias (estes têm acesso ao certificado digital e por isso não necessitam de realizar estes testes para poder viajar, ir a casamentos, espectáculos e outro tipo de eventos). Também estão excluídos os menores de 12 anos.

Cada pessoa pode fazer até um máximo de quatro testes por mês e tem de assinar um papel em que, sob compromisso de honra, garante que não se encontra em nenhuma das situações atrás referidas. Seja como for, o universo de cidadãos elegíveis vai diminuindo à medida que os dias passam porque há cada vez mais pessoas com a vacinação concluída.

Até ontem, eram 517 as farmácias aderentes no conjunto das quase



MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

Estado paga 10 euros por teste rápido de antígeno a farmácias e laboratórios que aderiram a programa

três mil que existem em Portugal, o que equivale a cerca de um sexto. Quanto aos postos de colheita de vários laboratórios, ficavam-se pelos 114.

Nesta lista, não aparece, porém, nenhum posto de colheita dos quatro maiores laboratórios de patologia e análises clínicas do país (em volume de facturação) – os grupos Unilabs, Joaquim Chaves Saúde, Synlab e Germano de Sousa.

Os três primeiros não fazem este tipo de testes a custo zero para os utentes e o último aceita realizá-los, mas o problema é que não figura na lista. “Nós fazemos às pessoas que aparecem e nos pedem. No penúltimo dia de Agosto, por exemplo, realizámos 889. O Estado paga uma miséria, mas enfim... É mais um serviço que prestamos ao país e que infelizmente é muito pouco reconhecido”, argumenta Germano de Sou-

sa, que lidera a rede de laboratórios com o seu nome. Por que motivo, então, é que não publicita esta actividade? “Não sei, deve ser uma falha de comunicação”, justifica.

Quando se telefona para os outros três laboratórios, a resposta é sempre a mesma: “Neste momento, não temos esse protocolo”, respondem da Unilabs, onde cobram 25 euros, o mesmo que na rede Germano de Sousa. “Não aderimos a esse programa”, diz quem atende da Synlab, onde este tipo de teste custa 30 euros. “Não temos acordo com o SNS”, é a resposta da Joaquim Chaves, onde se paga por este tipo de testes entre 25 a 30 euros. Nas farmácias, é possível fazer testes rápidos de antígeno de uso profissional que habitualmente custam 20 euros, valor idêntico ao que é cobrado nos postos da Cruz Vermelha Portuguesa.

“Não é muito rentável”

Durante o primeiro mês de vigência da portaria – que foi renovada em Agosto e, de novo, em Setembro –, o Estado gastou 1.439.469 euros com testes rápidos de antígeno de uso profissional, adianta a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), que não tem dados mais recentes. Dos 143.954 testes facturados, 119.012 foram realizados em

farmácias aderentes e 24.942 em laboratórios, específica a ACSS.

Além das farmácias que aderiram ao programa de testes participados pelo Estado, há “mais 265, ainda que algumas sejam coincidentes”, que estão a fazê-los de graça ao abrigo do protocolo com municípios, como Lisboa e Oeiras, por exemplo, sublinha a presidente da Associação Nacional de Farmácias, Ema Paulino. Mas as câmaras pagam 15 euros por cada teste.

“Não é uma actividade muito rentável, mas tem havido uma mobilização neste sentido, na perspectiva de protecção da saúde pública e de apoio à reabertura da economia do país”, enfatiza a presidente da associação. Inicialmente, admite, “era expectável que fossem poucas a aderir [e por isso havia lista de espera], porque era um serviço novo a que tinham de se adaptar, mas as farmácias sempre responderam bem aos desafios”.

“Nós tentamos sensibilizar e houve alguma adesão. Estes testes foram apresentados fora da convenção que visou apoiar as pessoas sem capacidade económica, e houve alguma adesão. Creio que todos farão num sítio ou outro, mesmo que não publicitem. Localmente, as pessoas sabem onde são feitos”, explica Jorge Nunes Oliveira, presidente da Associação Portuguesa de Analistas Clínicos. Na lista, surgem quatro postos de colheita do laboratório Joaquim J. Nunes de Oliveira (Esposende, Rio Tinto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde) que o presidente desta associação dirige, “uma forma de adesão solidária a esta medida de apoio a pessoas necessitadas”.

Não seria possível generalizar a toda a rede dos laboratórios? “Se isso acontecesse, entupiria os laboratórios e não nos deixaria atender pessoas que precisam [de fazer outras análises], porque esta medida acabou por se transformar quase numa forma de apoiar empresas de espectáculos e que organizam casamentos, baptizados, quando o objectivo inicial era o de controlar a pandemia e proteger a saúde pública”, defende, frisando que “o peso administrativo é muito grande” para o valor que foi fixado, sem uma discussão prévia.

De resto, faz sentido continuar a realizar tantos testes nesta altura? “Se calhar, seria mais lógico fazer menos, mas isso obriga a outra racionalidade e a outro tipo de discurso, já é uma questão política.” **com Mariana Oliveira**

Limitada margem de lucro, mas só de autotestes

Em Abril, o Governo limitou ao máximo de 15% as margens de lucro na venda de autotestes à covid-19, álcool-gel e outros equipamentos de protecção individual, de forma a garantir o acesso a bens essenciais à protecção da saúde pública a “preços justos e não especulativos”. O despacho dos ministros da Economia e da Saúde definiu que fica “limitada ao máximo de 15% a percentagem de lucro na comercialização, por grosso e a retalho, de testes rápidos para SARS-CoV-2 destinados ao leigo

(autotestes), com marcação CE ou sujeitos a autorização excepcional atribuída pelo Infarmed”. A mesma regra foi aplicada a máscaras cirúrgicas, batas, luvas e álcool etílico, por exemplo. Quanto ao outro tipo de testes, não foi instituída qualquer limitação. “Também não seria fácil, uma vez que os testes PCR implicam compra de zaragoas, tubos com líquidos e estes materiais são todos sujeitos a especulação”, explica Jorge Nunes de Oliveira, da associação de analistas clínicos. “Os preços baixaram, mas continuam a ser caros.”



Vacinação

Portugal já tem 85% da população vacinada com pelo menos uma dose e 77% com as duas

Daniela Carmo

Portugal atingiu ontem o objectivo de ter 85% da população vacinada contra a covid-19 com pelo menos uma dose. A notícia foi avançada pela SIC e confirmada pelo PÚBLICO junto de fonte da *task force* que coordena o plano de vacinação.

Ao PÚBLICO, a mesma fonte precisa que no domingo 84,9% da população já estava vacinada com pelo menos uma dose e 76,79% havia completado o esquema vacinal.

No espaço de comentário semanal na mesma estação televisiva, o comentador Luís Marques Mendes referiu que até às 15h de ontem tinham sido administradas um total de 15,1 milhões de doses da vacina.

Por faixas etárias, 82% dos jovens entre os 12 e os 19 anos já iniciaram

a vacinação. Na faixa etária seguinte (dos 20 aos 29 anos) 88% das pessoas receberam pelo menos uma dose da vacina. No caso dos indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos, a percentagem atinge os 91%, chegando aos 95% na faixa entre os 40 e 49 anos. Na população dos 50 aos 59 anos, 98% já recebeu pelo menos uma dose da vacina e a cobertura vacinal com primeiras doses já chega a 99% das pessoas com mais de 60 anos.

Os altos níveis de vacinação não impedem que continuem a existir surtos em Portugal. Ontem, pelo menos 33 pessoas ficaram infectadas pelo coronavírus que causa a covid-19 após frequentarem festas em bares da praia de Santa Cruz, no concelho de Torres Vedras, no último fim-de-semana de Agosto, anunciou o município no último boletim epidemiológico.



Previsões apontam para que no final do mês seja atingida a meta de 85% da população totalmente vacinada

As autoridades locais de saúde pública aconselham “quem esteve nos bares da localidade ou participou em festividades (...), no fim-de-semana de 28 e 29 de Agosto, a realizar de imediato um autoteste e a

ligar para o SNS24 em caso de resultado positivo”.

Desde o início da pandemia, Torres Vedras, no distrito de Lisboa, contabiliza 6904 casos confirmados, dos quais 125 estão activos, 6603 recuperaram e 176 morreram.

Os dados mais recentes da pandemia revelados ontem no boletim epidemiológico da Direcção-Geral da Saúde mostram que Portugal registou 1190 novos casos de infecção e 13 mortes por covid-19.

O número de internamentos subiu face aos dados divulgados no dia anterior: há 665 pacientes a receberem tratamento hospitalar. Nos cuidados intensivos, a tendência invertiu-se: há 138 pessoas nestas unidades (menos uma). As autoridades de saúde deram como recuperadas mais 1112 pessoas, num total de 986.826 desde o início da pandemia.

com Miguel Dantas e Lusa

Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Segunda-feira, 6 de Setembro de 2021 • Ano XXXII • n.º 11.455 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€



Acção conjunta
Mais de 200
revistas de saúde
apelam a líderes
para atacarem
crise climática

Ciência, 31



20 anos do 11
de Setembro
O poder americano:
das ameaças
de 2001 às de 2021

Análise de Teresa de Sousa
Mundo 18 a 21

Estado gastou 218 milhões em testes PCR feitos por laboratórios privados

Alguns dos grandes laboratórios do país quadruplicaram os seus lucros no ano da pandemia

Desde o início da pandemia, o Ministério da Saúde gastou mais de 218 milhões de euros em testes moleculares para detectar infecções pelo

novo coronavírus, realizados pelos laboratórios privados. O montante representa, por exemplo, mais do dobro da verba de todas as taxas

moderadoras cobradas pelo SNS no ano passado. “Sem o sector privado, o combate conjunto à pandemia não teria tido os mesmos resultados”,

nota a Associação Nacional dos Laboratórios Clínicos, sublinhando que os “laboratórios tiveram, literalmente, de se reformular”. Nalguns, os lucros

quadruplicaram. Mas nem todos aderiram ao programa de testes rápidos gratuitos, onde só recebem dez euros por teste **Destaque, 2 a 5**

Rio Mira Novas regras para o uso de água ameaçam a agricultura de subsistência



Em Março, a Associação dos Beneficiários do Mira, que detém a concessão da Barragem de Santa Clara, impôs um limite da água a

que os produtores da região têm direito, limite a partir do qual passam a pagar o triplo do preço por litro. Para os pequenos

agricultores os novos valores estão a ser inoportáveis. “Há coisas que não pude cultivar, não tive rendimento. O feijão, este

ano, foi por metade”, queixa-se Maria Antónia Cortes, que vive da venda de cabazes **Sociedade 14/15 e Editorial**

Ex-jogadora do Estoril quer lutar pela igualdade de oportunidades. Profissionalização da I Liga feminina seria um grande passo **Desporto, 37**

Bitcoin

Criptomoedas e sistema financeiro dão as mãos

Nasceram contra o sistema, mas já não estão à margem. “Há um sistema bancário novo para lidar” com elas **Economia, 23 a 25**

OE2022

Partido a partido, as exigências que cada um leva à negociação

Política, 10/11

Futebol feminino

Nasce a primeira agência para gerir a carreira das jogadoras

Ex-jogadora do Estoril quer lutar pela igualdade de oportunidades. Profissionalização da I Liga feminina seria um grande passo **Desporto, 37**

Costa foi da Guarda à Covilhã em 47 minutos de comboio. “Muito agradável. Não acharam?”

No sábado, Rui Rio andou de bicicleta pelas ciclovias de Torres Vedras. Ontem, António Costa preferiu testar a ferrovia

Depois de um comício na Guarda, António Costa fez uma viagem de comboio que durou 47 minutos para continuar a campanha autárquica na Covilhã. À chegada, o líder do PS considerou a viagem “muito agradável” e disse que a reabertura do troço ferroviário “valeu a pena”, pela importância para a região e para o país.

“Muito agradável. Não acharam?”, respondeu António Costa à agência Lusa quando questionado, ao chegar à Covilhã, sobre como tinha sido a viagem, que realizou ontem, pela primeira vez, após a reabertura do troço da via férrea à circulação comercial, no dia 2 de Maio.

O líder do PS viajou de comboio pela Linha da Beira Baixa no âmbito da ronda de apresentação dos candidatos autárquicos que fará até às eleições e que começou em Bragança. Saiu da Guarda pelas 16h48, acompanhado por Luís Couto (que concorre àquela autarquia), e chegou à Covilhã por volta das 17h35, onde o esperava o candidato local Vítor Pereira.

“Infelizmente, esta obra ficou concluída em plena pandemia, num momento de fortíssimo condicionamento da mobilidade das pessoas. Mas, conforme formos retomando a mobilidade, seguramente vamos ter uma cada vez maior utilização deste



MIGUEL PEREIRA DA SILVA/LUSA

Líder do PS anda em campanha pelo país

comboio. Como todos vimos, o percurso é lindíssimo, do ponto de vista turístico, e é também muito útil, seguramente, para quem trabalha num lado e no outro”, declarou o também o primeiro-ministro à chegada.

Costa também chamou a atenção para a importância daquele investimento: “Esta é uma obra fundamental para darmos esse contributo geral para o desenvolvimento do país”.

O troço ferroviário da Linha da Beira Baixa entre as cidades da Guarda e da Covilhã estava fechado desde 2009 e reabriu após obras de requalificação e de electrificação. O investimento total no projecto de modernização do troço foi de cerca de 77 milhões de euros. A obra foi inaugurada a 4 de Maio pelo ministro das Infra-estruturas, Pedro Nuno Santos.

Se ontem António Costa optou pela ferrovia, no dia anterior, em Torres Vedras, Rui Rio tinha preferido a ciclovia. Acompanhado pelo candidato do PSD à terra do ciclista Joaquim Agostinho, o líder do PSD mostrou-se focado nas autárquicas por três motivos: por serem eleições, porque o partido teve “quebras significativas” em 2013 e em 2017 e porque “o objetivo é melhorar muito”.

Rio disse-se consciente “de que nuns sítios é mais fácil e noutros mais difícil” ganhar e não quis adiantar o que será, para si, uma vitória satisfatória. Apontou, aliás, para depois do acto eleitoral uma análise sobre a sua continuidade na liderança do PSD. “Vamos avaliar com consciência, porque o PS tem 161 e nós temos 98 câmaras”, disse. PÚBLICO/Lusa

**CTT****APELO A COSTA**

O Sindicato Independente dos CTT entregou uma carta a António Costa em que dá conta da preocupação dos trabalhadores pela "má gestão" da atual administração e apela à retoma pelo Estado do controlo da empresa.



**VOOS
DE MINERVA**
Mariana
Gajo Alves



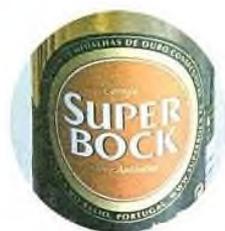
PRESIDENTE DO SNESUP

Crescimento

Nos próximos dias os candidatos ao Ensino Superior têm a oportunidade de alterar as suas escolhas iniciais. É que o número de candidatos atingiu o valor mais elevado dos últimos anos - cerca de 63 mil - e, por isso, o Governo decidiu disponibilizar mais vagas no concurso nacional de acesso. O crescimento dos candidatos ao Ensino Superior poderá ser interpretado como uma valorização da aposta na qualificação académica pelos jovens e pelas suas famílias. É uma aposta que diversos estudos indicam ser acertada, pois existem evidências científicas claras sobre os benefícios

IMPORTA REEQUACIONAR O CONJUNTO DE CURSOS NO SISTEMA

económicos e sociais, para os indivíduos e para as sociedades, do prolongamento dos percursos escolares. Contudo, não basta que o Governo aumente vagas. A ampliação do número de candidatos nos últimos anos torna presente repensar a oferta formativa em articulação com o imprescindível crescimento dos recursos humanos e financeiros para o Ensino Superior. Importa valorizar e reequacionar o conjunto de cursos existentes no sistema, garantindo as condições mais adequadas para acolher um número crescente de estudantes nas universidades e politécnicos, em vez de acentuar a competição entre instituições de Ensino Superior na atração de alunos. ●



Super Bock avançou com aumentos de 1,5%

PORTUGAL A administração da Super Bock avançou com um aumento de 1,5% nos salários dos trabalhadores mas a Comissão Negociadora Sindical da empresa contesta e diz que o valor é "arbitrário". A Comissão considera o valor muito baixo, abaixo dos 25 euros e 25 dias de férias em que assentou a última proposta.



06-09-2021

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 8

Cores: Cor

Área: 4,52 x 6,36 cm²

Corte: 1 de 1



Sindicato dos CTT apela a que Estado volte ao controlo

PORTUGAL O Sindicato Independente dos CTT entregou, este sábado, em Chaves, uma carta ao primeiro-ministro, António Costa. O objetivo é demonstrar as preocupações dos trabalhadores pela "má gestão" da atual administração e apelar à retoma do controlo estatal da empresa. Durante a visita, o primeiro-ministro teve um breve contacto com os trabalhadores.



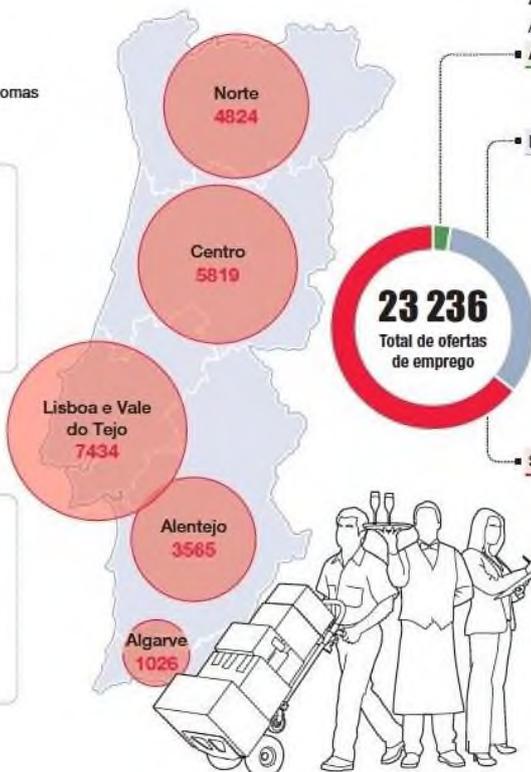
Ofertas de emprego

Situação no fim do mês de julho 2021

Por região

Total no continente
22 668

Total nas regiões autónomas
568



Atividades económicas com mais ofertas de emprego

Atividade económica	Total de ofertas	% do total de ofertas
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	667	2,9%
Indústria, energia e água e construção	7610	32,7%
Construção	3781	16,3%
Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco	809	3,5%
Indústrias metalúrgicas base e fabrico de produtos metálicos	630	2,7%
Fab. mobiliário, repar. instal. máq. e equip. e outras indústrias transformadoras	458	2%
Indústria do vestuário	371	1,6%
Serviços	14 959	64,4%
Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio	4190	18%
Alojamento, restauração e similares	3846	16,6%
Comércio por grosso e a retalho	2411	10,4%
Administração pública, educação, atividades de saúde e apoio social	1460	6,3%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	892	3,8%

FONTE: IEFP | INFOGRAFIA JN

Ofertas de trabalho sem procura atingem máximo de quatro anos

Há 23 236 vagas de emprego que ninguém quer, o número mais alto desde 2017. Norte e Lisboa precisam de gente para a construção

Delftm Machado
sociedade@jn.pt

MERCADO Há cada vez mais ofertas de trabalho que se acumulam nos registos do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) por falta de candidatos. Em julho, havia 23 236 empregos disponíveis que ninguém quer e cerca de metade destes dizem respeito a apenas três setores: atividades imobiliárias e administrativas, alojamento e restauração, e construção.

O número de ofertas de emprego sem candidatas mais do

que duplicou desde janeiro deste ano, passando de 10 735 para 23 236. Poder-se-ia pensar que o aumento é sazonal devido aos empregos de verão, mas a verdade é que em julho do ano passado as vagas eram apenas 12 705 e, no mesmo mês de 2019, antes da pandemia, situavam-se nos 19 294. É preciso recuar a 2017 para encontrar um julho com mais ofertas de emprego do que este ano. Em 2017, havia 24 335.

A região de Lisboa e Vale do Tejo é a que acumula mais ofertas sem candidato. São 7434 vagas, contra as 5819 no Cen-

tro, 4824 no Norte, 3565 no Alentejo, 1026 no Algarve e 568 nas regiões autónomas.

A nível nacional, as atividades imobiliárias e administrativas são as que têm mais vagas disponíveis, seguidas do alojamento e restauração e da construção. No entanto, uma análise regional permite perceber que tanto em Lisboa e Vale do Tejo como no Norte a maior procura é por profissionais da construção. As atividades imobiliárias são as mais pretendidas no Centro e Alentejo, ao passo que no Algarve é o alojamento e restauração.

Curiosamente, em julho, havia mais de 5000 trabalhadores da construção desempregados no Norte e quase 3600 em Lisboa. Ou seja, há desempregados inscritos nas áreas a que as ofertas dizem respeito, mas este “casamento” não aconteceu, pese embora o sucesso dos programas que promovem o regresso ao mercado de trabalho [ler ao lado].

João Cerejeira, professor da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho e especialista em mercado laboral, aponta vários fatores para a subida do número de ofertas:

“Por causa das medidas de apoio da pandemia, a exigência para a manutenção do subsídio de desemprego é menor, e em empregos em que os salários do mercado são muito próximos do valor do subsídio, aí há claramente um incentivo a não haver uma procura tão forte”.

MENOS IMIGRANTES

Depois, as restrições à mobilidade internacional ocorridas em pandemia também foram decisivas para adensar o fenómeno, entende o professor de Economia. “Algumas das ofertas, nomeadamente na construção e restauração, eram ocupadas por imigrantes.” João Cerejeira dá o exemplo do Brasil, cuja quarentena obrigatória à chegada a Portugal só foi suspensa na passada quarta-feira.

Por fim, em particular no setor da construção, a expansão a nível europeu que o setor está a enfrentar, associada ao facto de “haver muito menos apetência para estes setores de mão de obra mais intensiva e de salários mais baixos”, gera a tempestade perfeita que culmina na falta de gente para trabalhar. A falta de apetência para o trabalho mais intensivo deriva do aumento da escolarização, quebra do abandono escolar e número recorde de jovens no Ensino Superior. ●



Ativar.pt atingiu o dobro da meta prevista para a inserção laboral

Objetivo era chegar a 90 mil pessoas, mas em agosto deste ano foi ultrapassada a fasquia dos 180 mil

Delfim Machado
sociedade@jn.pt

INCENTIVOS Entre março de 2020 e agosto de 2021, mais de 181 mil novos desempregados foram integrados nas medidas previstas pelo programa Ativar.pt, seja na parte da formação profissional ou na parte de emprego (estágios e incentivo). “Este dado supera a meta inicialmente estabelecida no quadro do programa Ativar.pt, que apontava para uma cobertura agregada de 90 mil pessoas em programas de emprego e formação”, adianta fonte do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, ao JN.

Na modalidade de “incentivo”, o Ativar.pt é uma ajuda financeira dada aos empregadores que celebrem contratos de trabalho por mais de 12 meses. Já os estágios são de nove meses e traduzem-se num apoio que vai até cerca de mil euros mensais para os contratados e até 95% dos custos unitários para as entidades que contratam. Em estágios e incentivo, o Ativar.pt colocou 34 mil pessoas.

Ao nível da taxa de cobertura das medidas de política ativa, a média da taxa em

2021 situa-se nos 22%, acima do objetivo definido no Programa de Estabilização Económica e Social (PEES). “Desde junho de 2020, altura em que o PEES foi aprovado, a taxa de cobertura nunca esteve abaixo de 16% e tem vindo a aumentar progressivamente, situando-se já nos 23,7% no final de agosto deste ano”, revela o ministério.

A nível formativo, no final de agosto, 84% da meta de ter 55 mil pessoas com formação na área digital já estava cumprida e contabilizavam-se cerca de 105 mil formandos em áreas emergentes, como economia digital, energia e alterações climáticas ou setor social, desde o início de 2020. ●

PROGRAMA

Prolongamento

O Ativar.pt terminava em junho e foi prolongado até ao final do ano “devido às condições ainda incertas da economia e do mercado de trabalho”, justificou o Governo. É gerido pelo IIEFP.

9700

O incentivo do Ativar.pt varia entre 5200 euros e 9700 euros por desempregado contratado, para contratos sem termo, e entre 1700 euros e 2700, para contratos com termo.



Formação e estágios são componentes do programa



Nem com transporte grátis consegue contratar

Castelo Branco Maior empregadora da região precisa de funcionários para dois projetos. Aluga autocarros para quem é da Covilhã e Fundão

Célia Domingues
sociedade@jn.pt

A maior empregadora de Castelo Branco, a APTIV (antiga Delphi), que se dedica à produção de cabos elétricos para automóveis, está a enfrentar uma das maiores crises dos seus 37 anos de existência: a falta de mão de obra.

A multinacional alemã recusa falar do assunto (a direção não responde a questões dos jornalistas), mas as reuniões com presidentes da Câmara do distrito de Castelo Branco e responsáveis do Instituto de Emprego e Formação Profissional decorrem a um ritmo quase semanal. Em causa está a necessidade de operários para o desenvolvimento de dois projetos de ensaios para a fabricação de cabos para os motores elétricos das marcas INEOS e a Masareti.

Francisco Matias, dirigente do Sindicato Nacional da Indústria e Energia e trabalhador naquela unidade há 22 anos, não se lembra de uma tamanha crise de falta de mão de obra na APTIV. “Estamos com 1300 operários, mas esta fábrica preci-

sa de mais cerca de 300 para os novos projetos”, explica o dirigente, que tem mantido reuniões com a Direção.

SALÁRIO-BASE DE 700 EUROS “As pessoas vêm às entrevistas, mas dão negas”. E exemplifica: “Em julho, vieram 400 pessoas a entrevistas e só 13 aceitaram ficar”. Os contratados auferem um salário-base de 700 euros. “Este ano, houve um aumento na ordem dos 5%, nunca aconteceu valor tão alto. É mais uma forma de atração, o que está a gerar algum descontentamento porque os que trabalham há mais anos recebem abaixo desse valor”, adianta Francisco Matias, preocupado com “um virar de página que seria desastroso para a região” se a Administração resolver “desviar a laboração para países de mão de obra mais barata”.

Sem soluções imediatas em Castelo Branco, a APTIV aluga autocarros para transportar gratuitamente trabalhadores que vêm da zona da Covilhã e do Fundão. E tem recorrido também a cidadãos do países africanos de língua oficial portuguesa

(PALOP), muitos com formação superior.

Às 15.15 horas, à entrada de um três turnos da fábrica (que terminará às 00.30 horas), os autocarros deixam os trabalhadores à porta. Uma das funcionárias é Margarida Inácio, 20 anos, de Cortes do Meio, na Covilhã. “Se viéssemos com o nosso carro, claro que analisaria melhor, porque são 60 quilómetros de distância e isso tem custos”.

David Morgado, que estava desempleado há seis meses e tem a mulher ainda nessa situação, diz que “muita gente não quer trabalho, não sabe trabalhar em equipa”.

Na Covilhã e no Fundão, também existem empresários que querem empregar. A J3LP abriu portas em 2005 como uma filial no Fundão do grupo francês J3L. Tem 300 funcionários de 14 nacionalidades. A empresa opera no polimento de metais, um trabalho sobretudo manual. “Tive de recorrer a mão de obra estrangeira e os resultados são positivos”, considera Paulo Nobre, diretor-geral da J3LP. ●



Margarida Inácio
Covilhã

“Há o estigma de trabalhar numa fábrica, oito horas a fazer a mesma coisa. Eu agarrei a primeira oportunidade de ter o primeiro emprego”



David Morgado
Fundão

“Temos subsídio de refeição, transporte, ordenado e horas extras. Não compreendo como uma fábrica destas tem de ir buscar gente fora”



In.pt Diário. Ano 134. N.º 97. Preço: 1,80€ Segunda-feira 6.9.2021 Diretor-Geral Editorial Domingos de Andrade / Diretora Inês Cardoso / Diretores-adjuntos Manuel Molinos, Pedro Ivo Carvalho e Rafael Barbosa / Diretor de Arte Pedro Pimental

Vindimas
Quantidade e qualidade P. 20

Transportes
Arranque das aulas obriga a reforço no Porto e em Lisboa P. 16

Afganistão
Mulheres só estudam com vó e longe dos homens P. 25

Mais de 23 mil empregos sem qualquer candidato

Imobiliário, construção, alojamento e restauração concentram metade das vagas por preencher

Pandemia levou a baixar exigência no subsídio de desemprego e há menos imigrantes disponíveis P. 4 e 5

Grande Prémio JN

OURO SOBRE DUAS RODAS

Joaquim Silva vence e alcança um dos maiores feitos da carreira P. 36 e 37

Seleção
Otávio brilhou mas pode falhar titularidade frente ao Azerbaijão P. 38

Clássico
Dez estreias no embate entre leões e dragões

Portista Zaichu continua a ser associado ao Fenerbahçe P. 39

Vontade de colocar reclusos a limpar matas não passou de promessa P. 14

Habitação Janelas e painéis lideram apoios à eficiência energética P. 6

Autárquicas Abstenção acima de 40% desde 2009 P. 11

idealista
O portal imobiliário líder em Portugal



Patrões querem alívio fiscal para empresas e famílias

Confederações recusam que dinheiro da Europa seja só para investimento público

ORÇAMENTO O Conselho Nacional das Confederações Patronais quer um alívio fiscal para empresas e famílias já em 2022. A descida dos impostos, diz, deve estar prevista no Orçamento do Estado para 2022.

Uma "preocupação cen-

tral" do Orçamento deve ser "aliviar a carga fiscal às empresas e famílias", afirmou Eduardo Oliveira e Sousa, presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) e que foi porta-voz do Conselho Nacional.

"Precisamos de um

OE2022 virado para a retoma da economia e capaz de oferecer condições efetivas às empresas para encetarem uma verdadeira recuperação pós-pandemia, criarem mais riqueza e gerarem mais e melhor emprego", defende.

Na prática, o objetivo cumpre-se com uma "dinâmica mais consistente e estável do ponto de vista fiscal e laboral", para as empresas, e "menos encargos para melhor retomarem o consumo", para as famílias.

Importante é também articular com as empresas o Plano de Recuperação e Re-

siliência (PRR) e com os próximos fundos europeus do Portugal 2030.

O que não deve acontecer, apela, é a utilização de "recursos públicos em benefício de interesses ideológicos, que sublimam o investimento público e desconsideram e asfixiam a dimensão privada da economia".

O Conselho representa cinco confederações patronais. Além da CAP, o Conselho agrega as confederações do Comércio e Serviços (CCP), Empresarial de Portugal (CIP), da Construção e Imobiliário (CPCI) e do Turismo de Portugal (CTP). ●

PROTAGONISTA DO DIA

**Rui
Amaral**

*Presidente do Sindicato
de Chefes da PSP*

Rui Amaral é o novo presidente do Sindicato Nacional da Carreira de Chefes da PSP. A eleição do polícia ocorreu naquele que foi o primeiro ato eleitoral com voto eletrónico. 70% dos eleitores recorreram a esta ferramenta.



S.T.O.P. marca início de ano letivo com protestos

ENSINO O S.T.O.P. marcará o início do ano letivo com concentrações em Coimbra (amanhã) e Barcelos (quarta-feira). Na quinta-feira, estará no Ministério da Educação. O Sindicato de Todos os Professores está contra o despedimento de pessoal não docente, os concursos de professores, as quotas na progressão na carreira, a precariedade ou a falta subsídios transporte e alojamento.

MERCADO LABORAL

Governo quer fechar dossiê do trabalho digno até fim de setembro

Próximos 15 dias serão de reuniões bilaterais com parceiros sociais para debater os contributos individuais incluídos na agenda do Executivo, que espera “consenso alargado”. Ministra diz que estas matérias nada têm a ver com o Orçamento do Estado.

Ainda com posições afastadas, Governo e parceiros sociais retomam nos próximos 15 dias as reuniões para discutir a agenda do trabalho digno. Mas, desta vez, os encontros serão em formato bilateral, ou seja, com cada um dos intervenientes: confederações patronais e centrais sindicais. A reunião da passada sexta-feira serviu mais para “fazer um ponto de situação” com cada um dos representantes a ter poucos minutos para expor as suas propostas ao documento apresentado pelo Executivo em julho.

O objetivo da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, é ter este dossiê fechado até ao final do mês, mesmo admitindo que ainda subsistem divergências. Em concreto, os patrões pretendem manter alguma flexibilidade em questões como o trabalho através das plataformas digitais ou o trabalho temporário, enquanto os sindicatos querem ir mais longe.

Ana Mendes Godinho aposta num “consenso alargado” em relação às prioridades definidas na agenda para o trabalho digno, mas só nas próximas duas semanas, com uma discussão mais fina poderá conduzir, ou não, a esse entendimento pretendido. Vamos “clarificar e procurar uma aproximação em algumas matérias”, afirmou a ministra. O objetivo é ter, na próxima reunião, “propostas concretas nas áreas que identificámos na agenda do trabalho digno” apresentada em julho.

No que toca à valorização dos jovens no mercado de trabalho, o Governo propôs a eliminação da possibilidade de os es-



Tiago Petinga

A ministra do Trabalho pretende apresentar na próxima reunião de Concertação “propostas concretas”.



Foi uma reunião produtiva no sentido da evolução dos trabalhos conjuntos na agenda do trabalho digno.

ANA MENDES GODINHO
Ministra do Trabalho

As preocupações com o combate à precariedade e com a valorização do emprego dos jovens não têm relação com o OE.

PEDRO SIZA VIEIRA
Ministro da Economia

tágios profissionais terem uma renumeração inferior à prevista no Código do Trabalho. Neste capítulo, o Executivo pretende ainda aumentar o valor das bolsas dos estágios profissionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) para os licenciados que entram no mercado de trabalho de 719 euros (valor de 2019) para os 878 euros em 2022, o que se traduz num aumento de 18%.

Sem ligação ao OE

Questionada ainda sobre se houve conversações com os parceiros já com o objetivo de antecipar o Orçamento do Estado, a ministra sublinhou que “a agenda do trabalho digno não tem nada que ver com as negociações do OE”, procurando apenas “responder às fragilidades que ficaram evidentes durante a

pandemia”.

A mensagem foi reforçada pelo ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, também presente na reunião. “As preocupações com o combate à precariedade e com a valorização do emprego dos jovens são prioridades do Governo e fazem parte de uma agenda própria. Não têm relação com o OE.”

Confrontada com as críticas dos parceiros sociais, nomeadamente dos patrões, a algumas das propostas do Governo, a ministra do Trabalho voltou a ressaltar que o Governo considera as medidas “fundamentais do ponto de vista de resposta ao momento que vivemos”. O “foco total” passa por “dar cumprimento ao programa do Governo, completamente independente de negociações no âmbito do OE”. ■ AS/PRP



Política As leis laborais não ficaram fora do discurso do líder comunista

Jerónimo pede “novo rumo” para o país e cola o PS ao PSD e ao CDS

Líder do PCP foi à Festa do *Avante!* dizer que o “país precisa de se libertar do ciclo vicioso da política de direita”. E deixou um pesado caderno de encargos

Margarida Gomes

Jerónimo de Sousa fez ontem um retrato negro do país, deixou um longo caderno de encargos ao Governo para negociar no âmbito do próximo Orçamento do Estado e avisou que o seu partido lutará pela “ruptura e alternativas necessárias”. “O PCP bater-se-á a todos os níveis e em todos os espaços de intervenção por cada medida necessária ao nosso povo e ao nosso país”, declarou o secretário-geral dos comunistas, deixando críticas à “política de direita que falhou, no que respeita aos interesses do país”.

No longo discurso que proferiu no encerramento da Festa do *Avante!*, na Quinta da Atalaia, em que colou o PS aos partidos da direita (PSD e CDS), o secretário-geral comunista voltou a defender o aumento dos salários e pediu mais investimento nos serviços públicos, designadamente no Serviço Nacional de Saúde.

Elogiou os trabalhadores que “têm dado um magnífico exemplo perante as piores adversidades” e referiu que o caminho a seguir não é o da resignação e do conformismo, o caminho é o “da luta e do avanço”. “A ampliação e o reforço da luta dos trabalhadores e do povo são uma exigência da hora presente, neste momento em que o conjunto das forças do grande capital se reagrupa e reorganiza, como se vê na articulação das confederações patronais e na acção convergente dos 42 grupos económicos que se apresentam agora a pretexto da recuperação do país a exigir o que melhor serve os seus interesses egoístas”, defendeu Jerónimo, que se insurgiu contra a degradação dos salários e direitos dos trabalhadores.

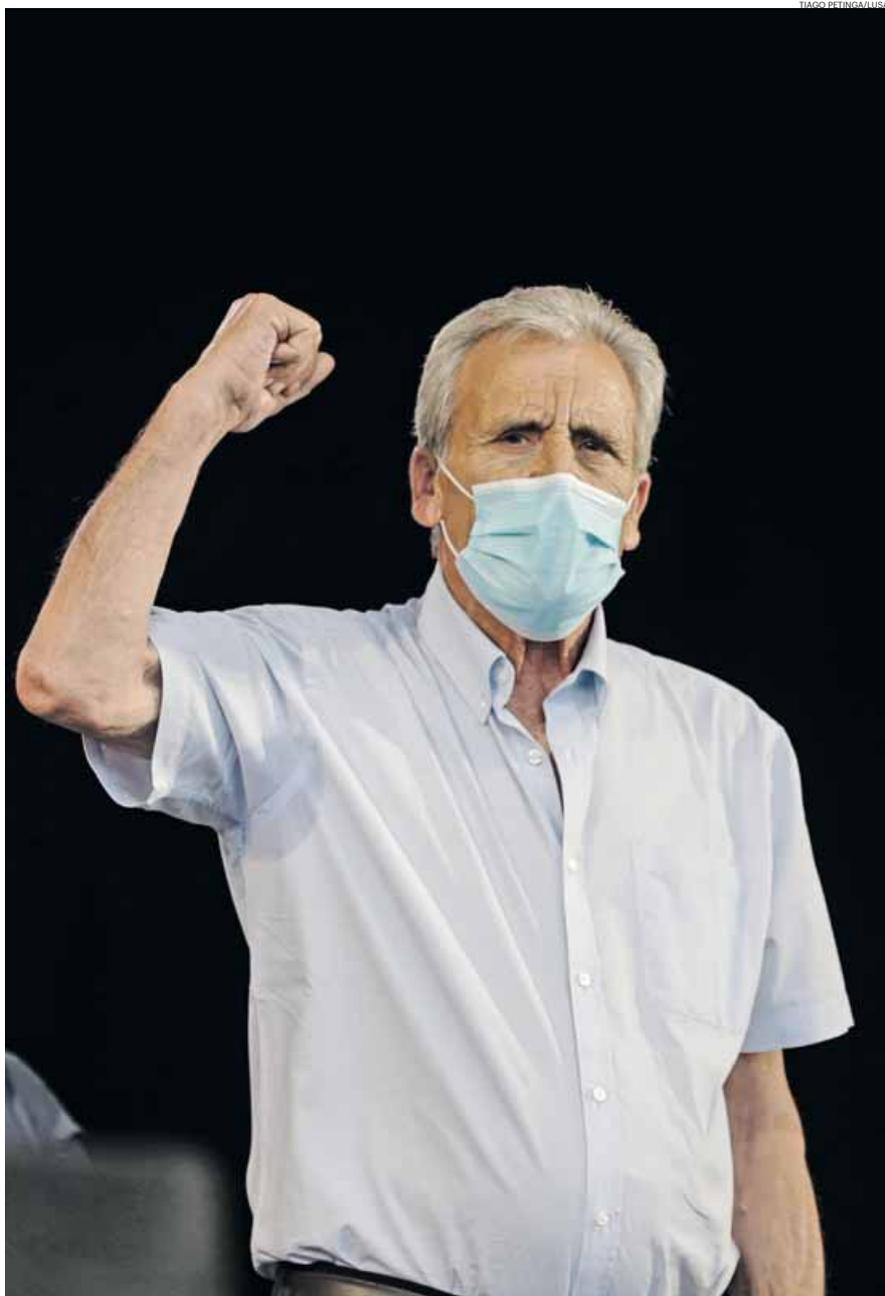
As leis laborais não ficaram fora

do discurso do líder do PCP. “Querem manter o máximo dos retrocessos impostos por PS, PSD e CDS nas leis laborais nos últimos anos e, neste tempo, que lhes cheira a dinheiros públicos frescos, querem uma parte de leão”, disse, acrescentando que, “nesta ofensiva mistificadora, contam com as forças políticas mais retrógradas e reacionárias como o PSD e o CDS e seus sucedâneos da Iniciativa Liberal e do Chega, que fazem o papel de lebre de corrida com as suas propostas de ditas reformas estruturais e de revisão constitucional e das leis eleitorais para garantir maiorias artificiais”.

“Nesta operação concertada entre as forças do grande capital e as forças políticas (...), contam com a complacência e cumplicidade do Governo do PS, como se vai vendo nas suas opções de defesa das normas gravosas das leis laborais, nas suas escolhas em relação ao Novo Banco, no assistir sem pestanejar a tentativas de despedimentos colectivos e a encerramento de empresas”, apontou.

Jerónimo de Sousa, que nunca falou do Orçamento do Estado para 2022, deteve-se depois a apontar os campos em que a “política de direita” falhou, no que respeita aos interesses do país. “Falhou no plano económico, falhou no plano social, falhou no plano político”, referiu, explicando cada um deles. E atirou: “O país não precisa mais do mesmo, mas de se libertar do ciclo vicioso da política de direita e dos problemas acumulados que criou. O país precisa de avançar e encetar um novo rumo.”

Alertando para o facto de a pandemia ter trazido alguns problemas, Jerónimo vaticinou que os próximos tempos são de uma “grande exigência, sob pena de se aprofundarem défices, desigualdades e injustiça”.



Jerónimo de Sousa insurgiu-se contra a degradação dos salários e direitos dos trabalhadores

A partir da Quinta da Atalaia, o PCP prometeu bater-se “pela ruptura e pelas alternativas necessárias”

“Portugal tem um conjunto de problemas estruturais que se traduzem em preocupantes défices, nos domínios da produção, da ciência e tecnologia, da energia, mas também demográficos, que se interligam e influenciam mutuamente, tal como as medidas que se entrecruzam e que são necessárias para os superar”, referiu, deixando um conjunto de respostas para superar o “grave défice produtivo”, mas também o “défice alimentar”. “É necessário um programa de substituição de importações por produção nacional o que exige enfrentar as imposições da União Europeia que arrasam

com a agricultura, as pescas e a parte da indústria nacional”, defendeu o líder do PCP.

Quanto às eleições autárquicas, o comunista destacou a importância deste combate. “Estamos a escassos 20 dias das eleições para as autarquias locais. Essa é uma importante batalha eleitoral, uma batalha para travar com confiança com os olhos no futuro que estamos e queremos construir, para crescer e avançar, para confirmar e reforçar posições, para ampliar a nossa influência e o que ela significa de possibilidades para servir as populações e as suas aspirações”, proclamou.



As reivindicações dos parceiros

PCP

O PCP remete as prioridades relativas às contas públicas de 2022 para depois das autárquicas. Até lá, prefere centrar atenções na execução das medidas acordadas para o orçamento em vigor, sendo que o secretário-geral, Jerónimo de Sousa, já alertou, por exemplo, para o incumprimento do executivo quanto à “gratuidade das creches” e ao investimento no Serviço Nacional de Saúde. Seja como for, o desdobramento dos escalões de IRS, em especial para as classes média e



média-baixa, o reforço de vagas nas creches, aumentos salariais na Função Pública (em particular para as categorias mais baixas), ou a subida, já em 2022, do salário mínimo nacional para os 850 euros são reivindicações comunistas.

Bloco de Esquerda

O partido liderado por Catarina Martins definiu três áreas prioritárias para a discussão orçamental. Na legislação laboral, os bloquistas querem acabar com os abusos das empresas de *outsourcing* (apontando como exemplo o caso do pessoal de limpeza da CP, há dois meses sem receber), bem como retomar a discussão sobre as indemnizações por despedimento. Quanto à protecção social, o BE quer assegurar a atribuição do subsídio social de desemprego



e do subsídio de desemprego a quem tenha ficado sem essas prestações. No SNS, o partido leva para a mesa negocial, entre outras exigências, a criação de um programa de recuperação dos cuidados de saúde não relacionados com a covid-19.

PAN

O PAN vai recuperar a proposta feita há um ano com vista à revisão dos escalões de IRS dos agregados entre o 3.º e o 6.º escalões, abrangendo 54% da população que paga este imposto. “Não podemos esquecer que a pandemia afectou esta população”, diz Inês de Sousa Real, porta-voz do PAN, ao PÚBLICO. O partido pretende também reivindicar uma revisão dos escalões das pensões de reforma para garantir que em 2022 não exista perda de rendimento nas



pensões mais baixas. O caderno de encargos inclui ainda o reforço da tributação sobre as actividades económicas poluentes e a renegociação das PPP rodoviárias (para assegurar uma poupança de 10 mil milhões de euros até 2040).

PEV

Em linha com a estratégia do PCP, o PEV também prefere concentrar-se na execução das medidas negociadas com o Governo para o OE2021, considerando em função disso é que o partido medirá a credibilidade do executivo. Ao PÚBLICO, fonte oficial do PEV nota que, por exemplo, a negociada integração dos trabalhadores da Polis na Agência Portuguesa do Ambiente continua sem concretização. A revisão dos



escalões do IRS e da lei laboral, ou medidas concretas de combate às alterações climáticas e de promoção do bem-estar social e animal são exigências que os ecologistas vão colocar na discussão.



Abrir portas onde se erguem muros Director: Manuel Carvalho Segunda-feira, 6 de Setembro de 2021 • Ano XXXII • n.º 11.455 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€



Acção conjunta
Mais de 200 revistas de saúde apelam a líderes para atacarem crise climática
Ciência, 31



20 anos do 11 de Setembro
O poder americano: das ameaças de 2001 às de 2021
Análise de Teresa de Sousa
Mundo 18 a 21

Estado gastou 218 milhões em testes PCR feitos por laboratórios privados

Alguns dos grandes laboratórios do país quadruplicaram os seus lucros no ano da pandemia

Desde o início da pandemia, o Ministério da Saúde gastou mais de 218 milhões de euros em testes moleculares para detectar infecções pelo

novo coronavírus, realizados pelos laboratórios privados. O montante representa, por exemplo, mais do dobro da verba de todas as taxas

moderadoras cobradas pelo SNS no ano passado. “Sem o sector privado, o combate conjunto à pandemia não teria tido os mesmos resultados”,

nota a Associação Nacional dos Laboratórios Clínicos, sublinhando que os “laboratórios tiveram, literalmente, de se reformular”. Nalguns, os lucros

quadruplicaram. Mas nem todos aderiram ao programa de testes rápidos gratuitos, onde só recebem dez euros por teste **Destaque, 2 a 5**

Rio Mira Novas regras para o uso de água ameaçam a agricultura de subsistência



Em Março, a Associação dos Beneficiários do Mira, que detém a concessão da Barragem de Santa Clara, impôs um limite da água a

que os produtores da região têm direito, limite a partir do qual passam a pagar o triplo do preço por litro. Para os pequenos

agricultores os novos valores estão a ser inoportáveis. “Há coisas que não pude cultivar, não tive rendimento. O feijão, este

ano, foi por metade”, queixa-se Maria Antónia Cortes, que vive da venda de cabazes **Sociedade 14/15 e Editorial**

Bitcoin Criptomoedas e sistema financeiro dão as mãos

Nasceram contra o sistema, mas já não estão à margem. “Há um sistema bancário novo para lidar” com elas **Economia, 23 a 25**

OE2022 Partido a partido, as exigências que cada um leva à negociação

Política, 10/11

Futebol feminino Nasce a primeira agência para gerir a carreira das jogadoras

Ex-jogadora do Estoril quer lutar pela igualdade de oportunidades. Profissionalização da I Liga feminina seria um grande passo **Desporto, 37**